

## 5

### Filosofia de um projeto ideológico e suas implicações educativas

Nesse capítulo desenvolverei minha reflexão sobre a dimensão educativa presente no ISEB a partir do pensamento de alguns isebianos históricos, cada um representado por uma determinada produção intelectual de sua autoria. Tal opção metodológica surgiu a partir de importantes constatações, a serem devidamente comentadas.

A primeira constatação refere-se ao fato de o ISEB e seus membros, a despeito de terem efetivamente refletido e vivenciado um conjunto de questões relacionadas ao tema da educação e abordagens afins, não terem desenvolvido nenhuma produção intelectual sistematizada e direcionada especificamente a esse assunto, já que se tratava de um tema tão presente no dia-a-dia da instituição.

Uma outra constatação refere-se ao fato de as abordagens e as estratégias educativas se constituírem em temas transversais, o que faz com que elas acabem aparecendo de forma implícita no conjunto geral das reflexões relacionadas com os princípios que compõem o projeto nacional-desenvolvimentista.

Tais constatações acabaram conduzindo-me a um trabalho de “garimpagem” nas produções intelectuais dos isebianos, centrado no registro de expressões significativas e alusivas às questões educativas e pedagógicas.

Os autores isebianos e suas respectivas publicações foram escolhidos em função do grau de aproximação que estabeleceram em relação às questões educacionais e pedagógicas adotadas pelo ISEB – Álvaro Vieira Pinto, Guerreiro Ramos, Hélio Jaguaribe e Roland Corbisier, de maneira que cada qual será analisado a partir de uma determinada obra de sua autoria<sup>44</sup>.

Vale assinalar que, apesar de as datas de edição nem sempre coincidirem com a data de divulgação apontadas internamente, a ordem de encaminhamento das análises apresentadas a seguir se baseou nos anos oficialmente registrados na publicação. Meu entendimento foi o de que a data oficial de edição registra o momento a partir do qual a publicação adquire uma divulgação sistematizada. A-

---

<sup>44</sup> Os critérios envolvidos na escolha das obras específicas envolveram: 1) a data de publicação da obra, por se tratar de uma reflexão apoiada no acúmulo da experiência prática advinda dos encaminhamentos institucionais – lembrando que o ISEB foi criado em 1955, as obras escolhidas são de 1958, 1959 e 1960; e 2) obras de abordagem mais sucinta e direta, que não se caracterizassem por conteúdos trabalhados de maneira prolixa e repetitiva – marca de alguns autores isebianos.

proveitando esse sentido cronológico, é interessante perceber o encaminhamento dos temas tratados, em relação às diferenças e aproximações expressas nos diferentes princípios isebianos.

### 5.1

#### **Álvaro Vieira Pinto e sua “Ideologia e Desenvolvimento Nacional”, 1956**

A referida obra de Álvaro Vieira Pinto, “Ideologia e desenvolvimento nacional” se constituiu na aula inaugural do Curso Regular do ISEB, pronunciada em 14 de maio de 1956, no auditório do Ministério da Educação e Cultura, no Rio de Janeiro.

Mais uma vez o tema de abertura da obra a ser apresentada é a “tão profunda e tão inquieta realidade brasileira” dos anos de 1950. Vale assinalar que todas as obras analisadas desses isebianos históricos têm como tema de abertura a questão da realidade do país, seus problemas, suas crises e seus impasses. Evidencia-se dessa maneira que o núcleo gerador das reflexões isebianas é fundamentalmente a sociedade brasileira e as questões problemáticas que a estão atravessando e caracterizando naquele momento. Desse núcleo gerador surgem preocupações consensuadas – o entendimento da natureza nacional, sua descrição, sua interpretação, sua condução futura.

Vieira Pinto inicia sua reflexão sobre a realidade brasileira, apontando o papel de destaque de pensadores e ensaístas brasileiros que, até então, situados numa sociedade onde o povo era ausente e mudo, eram os intérpretes do país. Por motivos históricos, ele assinala ter faltado no nosso passado intelectual a presença da filosofia; algo tão problemático que chegou a inviabilizar a nossa visão de nós mesmos, o retardo do progresso e a melhoria das condições de vida em geral. Por motivos historicamente explicáveis, o Brasil não estava capacitado para perceber o desenvolvimento que se disponibilizava, nem tampouco gerar os incentivos necessários à sua efetivação; duas questões sobre as quais o texto de Vieira Pinto irá se debruçar. Para tanto, o autor começa descrevendo o papel desejável do filósofo numa sociedade.

Não tivemos filósofos que desempenhassem o que seria o seu papel natural, o de sugerir aos diferentes especialistas, críticos dos fatos, artistas e reformadores das instituições, a superação dos seus próprios campos de pensamento ou de ação, e a formulação dos problemas nacionais no âmbito de uma visão histórica de conjunto. (Pinto, 1956; p. 10).

Em se tratando das problemáticas brasileiras, Vieira Pinto principia refletindo sobre uma questão específica – o fenômeno de aumento da população. Diante de tal questão afirma que “ou tomamos o rumo do desenvolvimento, o que se dará na medida em que formos capazes de utilizar os dados da ciência e os instrumentos da técnica, a serviço de uma ideologia do progresso; ou, se não o fizermos, enveredaremos pela estrada do pauperismo” (Pinto, 1956; p. 13). Para Pinto, o fato de o Brasil se constituir numa nação em crescimento é primordial e acaba desencadeando uma série de outras condições, inclusive uma pressão ascendente das massas que, cada vez mais, se inserem numa “área culturalmente iluminada”. Vieira Pinto defende que o alargamento quantitativo da área de cultura é acompanhado por um movimento qualitativo de transformação de consciência<sup>45</sup> que o direciona a um estudo fenomenológico centrado nessa transformação, nas suas implicações e nas suas conseqüências.

Dentre os pressupostos assumidos no estudo, Vieira Pinto parte da idéia de que as massas não são incultas; seriam pré-cultas no sentido de uma consciência potencial em expectativa. Através do desenvolvimento nacional, alguns indivíduos da massa se deparam com a oportunidade de se expressarem, de se descobrirem e de defenderem melhores condições de vida; o que era instintivo clamor de revolta, transforma-se em iluminante compreensão. A transformação de uma consciência sensitiva em uma consciência representativa se constitui em um fato de decisiva significação histórica e social, na medida em que, para Vieira Pinto, o homem que possui uma idéia é ao mesmo tempo um homem possuído por essa idéia.

Vieira Pinto, então, analisa o papel da “idéia”, que deixa de ser um conceito abstrato para se tornar uma realidade social. Assinala a correspondência entre os processos objetivos e a dimensão ideológica, o que nos permite compreender a existência das teorias – definidas como idéias capazes de desencadear forças que nos permitem compreender a realidade nacional ou conceber um projeto de modi-

---

<sup>45</sup> Evidenciam-se aqui as primeiras reflexões que depois irão se constituir na sua grande obra, *Consciência e realidade nacional*.

ficá-la. A partir desse ponto, a questão que se coloca é a da compreensão do que Vieira Pinto denomina de “ideologia do desenvolvimento nacional”.

Para tal compreensão, aponta a existência de uma dupla dimensão ao tratar do problema das idéias enquanto ideologias – quando o indivíduo possui a idéia, trata-se de uma questão psicológica, mas, quando é a idéia que possui o indivíduo, trata-se de uma questão sociológica. Da inter-relação entre essas duas questões é que resulta o desenvolvimento histórico, portanto toda transformação da sociedade remete-se ao entendimento dessa dinâmica. Um projeto é uma idéia pensada em função das representações do momento presente, ou seja:

O conhecimento objetivo do dado social, a exploração minuciosa, exata e lúcida do estado da nacionalidade são a condição para que se possa elaborar o melhor projeto possível do futuro, pela simples razão de que, quando obtemos uma idéia clara do presente, vemos o que nela se contém potencialmente, permitindo-nos conceber o futuro como função imediata e contínua do presente, com o que se elimina ao máximo o coeficiente de surpresa. (Pinto, 1956; p. 18)

A partir dessa colocação relacionada ao conceito de projeto, Vieira Pinto passa a explorar o significado do conceito de “desenvolvimento nacional”, o qual deve ser entendido fundamentalmente como um processo que se apóia numa natureza dinâmica e orgânica. A noção de desenvolvimento nacional deve ser compreendida articuladamente, levando-se em conta os aspectos envolvidos na noção de processo – os aspectos de finalidade, unidade, especificidade, e, a idéia de diretriz, uma síntese de todos esses aspectos. Assim sendo, podemos entender o desenvolvimento como um processo que encontra a sua definição na finalidade a que se dirige.

Outro aspecto que se destaca no conceito de desenvolvimento é a dimensão da unidade, ou seja, a concatenação dos fatos segundo uma idéia unificadora fundamental presente em qualquer tipo de planejamento. Nesse ponto, surge uma necessária reflexão sobre o funcionamento do planejamento. No contexto de uma democracia política, faz parte das atribuições do poder público planejar o desenvolvimento, tendo em vista serem esses os atores que possuem acesso às informações necessárias. Mas, por outro lado, também se faz necessária a operação de agentes voluntários que precisam ser conquistados pelo ideário proposto. Essa conquista implica num certo grau de concordância, sendo, então, necessário que se

instale na consciência individual uma nova representação, a qual permita a concepção do plano de desenvolvimento que os grupos sociais dirigentes pretendem realizar. O alcance dessa substituição de representações se dá em função dos caracteres lógicos da nova idéia sugerida, ou seja, sua clareza, sua exatidão e sua força sugestiva devem penetrar na consciência de cada cidadão e passar a comandar sua ação.

Para Vieira Pinto, é necessário que aquilo, que em cada consciência privada é uma idéia, seja socialmente uma ideologia.

...a noção de desenvolvimento nacional, como processo social orgânico, postula uma idéia diretora, aquela à luz da qual é o processo compreendido e interpretado. (...) Só quando subordinamos os fatos e o seu desenrolar a uma interpretação que, em última análise, decorre de um projeto, é que lhes damos consistência histórica. Só então é possível falar em desenvolvimento nacional. Sem essa consciência prévia que explicita a representação justa do dado social, segundo um critério legítimo, não é possível construir um plano de desenvolvimento. (Pinto, 1956; p. 24; grifo meu)

Para Vieira Pinto, nos anos de 1950, o fenômeno social que caracteriza a realidade brasileira é o surgimento dessa consciência prévia em lugar de uma significativa alienação – para o autor, a substituição da consciência alienada por uma consciência autêntica cria novas condições materiais. Essa substituição que se coloca na natureza das consciências, implica numa nova estrutura de idéias, de acordo com as quais se inicia a interpretação do Brasil. Todavia, tendo em vista que a realidade só existe quando interpretada e a partir de um caráter significativo que se apóia em conceitos e categorias, o surgimento dessas novas interpretações passam a interferir na aceleração do processo em curso, ou seja, “sem ideologia do desenvolvimento não há desenvolvimento nacional”.

Articulada a essa primeira tese encontra-se uma segunda a qual defende que “a ideologia do desenvolvimento tem necessariamente de ser fenômeno de massa”, de forma que aquele projeto seja tão mais felizmente concluído quanto mais ampla for a sua propagação ideológica. Dessas duas colocações surge uma terceira, quando Vieira Pinto afirma que “o processo de desenvolvimento é função da consciência das massas”.

Possuir uma idéia é privilégio de uma consciência. A constituição de uma ideologia é, portanto, um acontecimento social que depende estrí-

tamente do número de indivíduos em cuja consciência se instale a idéia. O processo de desenvolvimento está pois em função direta do esclarecimento da consciência popular... (Pinto, 1956; p. 30)

Na quarta e última colocação, Vieira Pinto afirma que “a ideologia do desenvolvimento tem que proceder da consciência das massas”. A verdade sobre a situação nacional não é uma verdade enunciada sobre o povo mas pelo povo; uma verdade que surge em função da consciência já alcançada e da representação elaborada de seus problemas. Assim sendo, Vieira Pinto passa a nos apresentar a função da *intelligentsia*.

O que compete aos sociólogos, na ordem teórica, e aos políticos, na ordem prática, é fazerem-se arautos dessa verdade, recolhê-la nas suas legítimas origens e interpretá-la com o auxílio do instrumento lógico-categorial que devem possuir, sem distorcê-la, sem violentá-la, sem mistificá-la. Assim estarão construindo precisamente o projeto de desenvolvimento requerido pelo estado social do momento, o único viável na execução e autêntico na sua ideologia. (Pinto, 1956; p. 32)

É importante assinalar a preocupação de Vieira Pinto em relação ao equívoco dos que julgam que a consciência do desenvolvimento expressa numa ideologia deva vir de cima, que seja um artefato da especulação de uma elite intelectual que se pretende esclarecida. O autor defende a existência de quadros intelectuais capazes de pensarem um projeto de desenvolvimento sem fazê-lo à distância, mas consubstancialmente com as massas.

Mas, em última instância, em que consiste essa ideologia do desenvolvimento nacional? Qual seu conteúdo, que princípios são defendidos? E, como essa ideologia irá se manifestar nas massas e de que maneira irá difundir-se? Em relação aos conteúdos da ideologia do desenvolvimento nacional, Vieira Pinto afirma tratar-se de uma estrutura de idéias formalmente constituída à luz das categorias gerais que a análise filosófica descobre, mas fundamentalmente apoiada nas contribuições objetivas e concretas da ciência sociológica, da economia política e da geografia, a fim de materializar-se com referência à comunidade nacional. Para exemplificar, refere-se ao número de habitantes de qualquer Estado brasileiro, que, inserido numa perspectiva ideológica, adquire novo sentido, o qual supera e transforma o conceito aritmético, para oferecer-se como índices de condições de vida humana, de estágio econômico, de riqueza cultural etc. Isto é, não é mais um

dado bruto e neutro e, sim, problema – problema que só é problema diante de um sistema de idéias que o suscita, que serve para reconhecê-lo e dar-lhe possível solução. Diante do explicitado, a idéia que se coloca é a defesa de um entendimento da realidade brasileira, realizado no particular por disciplinas diferentes, porém orientado por uma interpretação de ordem filosófica.

Já, ao explorar as questões relacionadas com as maneiras pelas quais a ideologia irá se manifestar e se difundir, Vieira Pinto reafirma que a solução virá da consciência coletiva, de onde irão surgir os promotores do desenvolvimento. Quando aborda o como se dará a promoção do progresso da ideologia na consciência nacional, e de modo e por que meios ela irá se difundir, Vieira Pinto formula o problema da educação das massas.

...a ideologia do desenvolvimento não é doação feita às classes populares, para que cada um absorva na medida da sua capacidade; ao contrário, é uma transmutação que se opera na intimidade do homem “em situação”, e de que resulta uma clarificação conceitual do seu “status” social e da evolução histórica. É um processo imanente, mas admite um aceleração por influência exterior. Isto é que constitui a noção social de educação. (Pinto, 1956; p. 41; grifo meu).

Evidencia-se, portanto, que as transformações presentes na atual realidade brasileira aponta a necessidade de se criar um novo conceito de educação como parte essencial do projeto de desenvolvimento nacional. Vieira Pinto assim registra suas idéias iniciais sobre esse novo conceito.

...não estamos ainda preparados para dizer qual o plano educacional a realizar, (...) mas o que nos parece necessário é imprimir novo rumo à nossa educação a fim de orientá-la, sem compromisso com qualquer credo político, no sentido da ideologia do desenvolvimento econômico e social. Uma teoria da educação deverá surgir, cujas tarefas iniciais serão a de definir que tipo de homem se deseja formar para promover o desenvolvimento do país. Em função desse objetivo, deverão ser revistos os atuais esquemas educacionais, a fim de que, sem abandonar o que possa ser aconselhável manter da tradição, se concentrem os esforços pedagógicos na criação de uma nova mentalidade. As gerações em crescimento deverão ser preparadas para uma compreensão nova do seu papel histórico, na transição de fase por que está passando o mundo brasileiro, capacitando-se das suas responsabilidades nesse processo. É uma tarefa imensa a programação deste setor da ideologia do desenvolvimento. (...) a reforma (...) consistirá, antes de tudo, em substituir os quadros educacionais inspirados por um humanismo hoje sem sentido, por outros (...) simplesmente representativos de uma nova concepção do humanismo. (...) o humanismo do nosso tempo, (...) prezará funda-

mentalmente o conhecimento das ciências da cultura e da natureza, a posse das técnicas de exploração fecunda da realidade material e as artes que exprimam o sentido original do homem brasileiro. Apresenta-se assim a educação como um aspecto capital da teoria do desenvolvimento. Para o Brasil atual, a educação é a difusão dessa ideologia. (Pinto, 1956; p. 41-2; grifos meus)

Após esse relato, Vieira Pinto muda abruptamente de tema, alertando que não se deve confundir o conceito de ideologia do desenvolvimento com formas de políticas partidárias. Reconceituando sua ideologia, afirma tratar-se de analisar, por meio de disciplinas científicas, os dados do processo histórico de nosso país e de forjar uma teoria explicativa da sua realidade, para do conjunto extrair regras práticas que permitam uma aceleração do processo. Trata-se também de um convite aos nossos filósofos, historiadores, políticos, economistas e sociólogos; nesse contexto, o papel do ISEB é o de contribuir para a construção dessa ideologia, centralizando uma ação intelectual determinada que poderá favorecer a transformação da consciência nacional. Mais do que os que vão ensinar, destaca-se o papel daqueles que vão freqüentar as aulas, os debates, os seminários, as investigações, atividades que irão conjugar todos os setores da vida brasileira.

Resumindo, Vieira Pinto reafirma, através de três aportes, a missão isebiana: 1) a unificação de um pensamento definido e claro sobre o que é e o que deve ser o Brasil;

2) o estabelecimento de diretrizes fortes que possam aconselhar e mover a inteligência dos homens das classes dirigentes, políticos, empreendedores industriais e diretores técnicos, orientando-lhes para uma ação racional;

3) e, a participação na construção de uma ideologia verdadeira, identificada com os anseios das massas que contribua para dar existência histórica a um Brasil até então imaginário.

## 5.2 Guerreiro Ramos e sua “A Redução Sociológica”, 1958

A apresentação de Guerreiro Ramos já é em si uma grande síntese do livro *A Redução Sociológica*; nela estão presentes desde as inspirações que geraram a obra, seus fundamentos e os princípios que a caracterizam. Guerreiro Ramos principia afirmando que seu livro irá tratar de um conjunto de idéias que, há alguns anos, faz parte de suas reflexões, se constituindo num método que analisa concepções e fatos sociais. O objetivo da obra é contribuir para a atualização da sociologia no Brasil, tanto a integrando nas correntes representativas do pensamento contemporâneo quanto formulando um conjunto de regras metódicas voltado ao desenvolvimento de um trabalho sociológico de valor pragmático a ser exercido no processo de desenvolvimento nacional.

Devido às transformações e às condições da realidade brasileira nos anos de 1950, Guerreiro Ramos entende ter chegado o momento no qual a atividade teórica passa a se apoiar na geração de forças presentes no interior da sociedade brasileira. Dessa nova possibilidade surge a necessidade de se desenvolver uma sociologia do fundamento e da fundação – uma sociologia orgânica, verdadeiramente brasileira, baseada num processo real e em dados concretos. Segundo o autor, toda sociedade que vivencia o processo de conversão dos fatos da realidade em conceitos, apresenta um desempenho diferenciado na história, na medida em que passa a possuir um novo modo de ver a realidade – inaugurando, assim, “um período de tarefas fundadoras. O Brasil, graças às condições reais do seu processo, está hoje em vias de tornar-se uma vigorosa personalidade cultural” (Ramos, 1958; p. 16). Guerreiro Ramos afirma que:

A redução sociológica é um método destinado a habilitar o estudioso a praticar a transposição de conhecimentos e de experiências de uma perspectiva para outra. O que a inspira é a consciência sistemática de que existe uma perspectiva brasileira. Toda a cultura nacional é uma perspectiva particular. Eis porque a redução sociológica é, apenas, modalidade restrita de atitude geral que deve ser assumida por qualquer cultura em processo de fundação. Certamente todos aqueles que estão realizando, em seu campo profissional, uma produção de idéias, de coisas, ou serviços, determinada por necessidades específicas do meio nacional, hão de perceber que a conduta metódica, cuja sistematização se propõe aqui, pode ser adotada, quanto ao essencial, em outros domínios do saber e da atividade humana. (Ramos, 1958; p. 16; grifo meu)

Dentre os princípios epistemológicos que compõem o ideário isebiano alguns são facilmente identificados na citação acima:

- 1) o posicionamento diante do interno e do externo – a defesa de que passa a existir, a partir dos anos de 1950, passa a existir uma perspectiva efetivamente brasileira em detrimento de uma perspectiva externa à nossa realidade;
- 2) a colocação diante do particular e do todo – a cultura nacional é a dimensão particular que se insere no conjunto de uma dimensão cultural mais ampla;
- 3) e, a questão do estabelecimento de uma nova mentalidade produtiva e a defesa de uma conduta metódica específica.

Logo no primeiro capítulo, Ramos explicita o surgimento e o significado da consciência crítica na realidade nacional brasileira; seu aparecimento é importante o bastante para explicar a recente constituição de uma ciência nacional no Brasil, uma ciência preocupada em conceber idéias tanto a partir nossas particularidades quanto voltadas à elas. Nesse contexto, o autor aponta o registro de acontecimentos que tem exigido novos esquemas de avaliação e compreensão dos fatos, o que tem se materializado numa mudança de mentalidade, ou seja, o surgimento de condutas significativas preocupadas com “fins que não sejam os da mera sobrevivência vegetativa”(Ramos, 1958; p. 18).

Desde que [no Brasil] se configurou um processo de industrialização em alto nível capitalista, converteu-se o espaço nacional num âmbito em que se verifica um processo mediante o qual o povo brasileiro se esforça em apropriar-se de sua circunstância, combinando racionalmente os fatores de que dispõe. O imperativo do desenvolvimento suscitou a consciência crítica. (Ramos, 1958; p. 20; grifo meu)

Ao falar em “apropriar-se de sua circunstância”, evidenciam-se suas influências existencialistas e fenomenológicas. Trata-se de apropriação singular, na medida em que se direciona à sua própria circunstância, se caracterizando por pressupor uma compreensão histórica, para então desenvolver combinações racionais dos fatores com os quais se depara. É interessante perceber que, ao ser devidamente explicitado, tanto o conceito de circunstância quanto o desenvolvimento de combinações racionais voltadas às questões brasileiras trazem à tona o espaço da atuação educativa e das práticas pedagógicas. Esse espaço educativo se explicita na valorização de estudos históricos sobre a realidade brasileira e na preocupação de se estabelecer relações no âmbito de um contexto efetivamente brasileiro. Se podemos di-

zer que o ISEB teve um ideário educativo, mesmo que não assumido, seus princípios passariam pelas questões acima apontadas.

Essas questões se confirmam no aporte de que, levando-se em conta as diferentes maneiras pelas quais cada sociedade encaminha essas mudanças, um entendimento pleno do que se encontra em jogo necessita da contribuição da filosofia da cultura, até porque “a consciência coletiva e a consciência crítica são produtos históricos” que surgem quando “um grupo social põe entre si e as coisas que o circundam um projeto de existência” (Ramos, 1958; p. 20). Aparecem então no texto idéias consideráveis:

É, deve-se insistir, um modo de ser novo no Brasil. É um modo de ser histórico. (...) Entre a modalidade natural de coexistência e a propriamente histórica há uma diferença no grau de personalização. (...) A consciência crítica surge quando um ser humano ou um grupo social reflete sobre tais determinantes e se conduz diante deles como sujeito. Distingue-se da consciência ingênua que é puro objeto de determinações exteriores. (Ramos; 1958; p 22-3; grifos meus)

Complementando o ideário iseibiano, destaca-se a questão de um novo modo de ser no Brasil. E, esse novo modo de ser, sendo histórico, está centrado na ênfase dada a uma compreensão do presente que passa necessariamente pelo resgate do passado, da história; a ponto de a aquisição histórica estabelecer uma diferença no grau de personalização, no grau de uma autonomia individual, no grau das consciências subjetivas. Além dessas considerações, Ramos cita algumas produções intelectuais que vêm analisando os processos de transformação em andamento em outros continentes (África e Ásia), afirmando tratar-se de autores convocados:

a um empreendimento de fundação histórica, que procuram contribuir, pelo esclarecimento, para que as comunidades a que pertencem venham a constituir personalidades culturais diferenciadas no nível da universalidade. Por isso falam em “nação”, que é a mais eminente forma contemporânea de existência histórica, e em “condição humana” para as massas afro-asiáticas, ainda estigmatizadas por extrema pauperização. (Ramos, 1958; p. 26)

Essa reflexão nos permite compreender em que contexto intelectual surge o conceito de nação, tão presente nas produções isebianas. Ao se remeter aos motivos que estão determinando as transformações na realidade brasileira e ao fato de o povo brasileiro estar vivendo, nos anos de 1950, uma nova etapa do seu pro-

cesso histórico-social, Ramos aponta três fenômenos principais: “a industrialização e duas de suas conseqüências, a urbanização e as alterações do consumo popular”, passando a explorar as implicações sociológicas de cada um.

Em relação ao fenômeno da industrialização, após analisar historicamente esse processo, Ramos afirma que os dados apresentados revelam que “a industrialização, no nível em que se realiza hoje no Brasil, demanda elevada capacidade empresarial de particulares e do Estado, assume o caráter de empreendimento político, provocando modificações na psicologia coletiva, entre as quais se inclui o pensar em termos de projetos” (Ramos, 1958; p. 32). Trata-se de uma reflexão a qual afirma que o surgimento de uma nova forma de existência se dá “quando as relações dos homens entre si e com a natureza se tornam mediatas, graças à intensificação do trabalho social e à diminuição do impacto das necessidades elementares da vida ordinária. (...) Quando porém um povo passa a ter um projeto, adquire uma individualidade subjetiva, isto é, vê-se a si mesmo como centro de referências”.

Já no âmbito da urbanização suas análises se concentram no fato de que esse processo transforma os brasileiros de indivíduos escassamente compradores em essencialmente compradores. Uma sociedade, formada por pessoas que vivem de salários e que tem de comprar quase tudo de que necessitam, tem maior conteúdo político. Para os isebianos, a constituição do mercado interno é o que faz com que a população nacional passe a intensificar relações, se tornando capaz de um determinado tipo de convivência que antes não existia.

A população brasileira descobriu o político a partir de sua integração no âmbito de interações surgido no país graças à formação do mercado interno. (...) A industrialização vem promovendo a transferência de pessoas do campo para as cidades e incrementando a formação de aglomerações urbanas, e disso está decorrendo certa mudança na psicologia coletiva dos brasileiros. A ambiência urbana, à diferença da rural, insere o indivíduo numa trama de intensas relações nas quais se registra considerável carga de cálculo. São relações que estimulam o individualismo, a competição, a capacidade de iniciativa, o interesse pelos padrões superiores de existência. A tensão constitutiva da vida urbana traduz-se naturalmente em politização acentuada, tornando decisiva a participação popular nas várias formas de atividades diretas da sociedade. (Ramos, 1958; p. 35-6)

Ao analisar as alterações do consumo popular, Ramos se apóia em dados que vão nos mostrando o significativo declínio dos índices relativos aos gastos com alimentação. Essa alteração no consumo dá fundamento a uma psicologia coletiva com maior conteúdo reivindicativo, com mais elevada consciência política, e maior capacidade de pressão para a obtenção de recursos que lhe assegurem níveis superiores de existência. “A autodeterminação está, de certo, associada com o refinamento dos motivos da vida ordinária, com a libertação progressiva dos afazeres elementares” (Ramos, 1958; p. 41).

Ainda em relação às transformações em curso na realidade brasileira, um outro princípio isebiano vem à tona; no período dos anos de 1950, vive-se um empreendimento coletivo mediante o qual uma comunidade humana projeta a conquista de um modo significativo de existência na história. São mudanças que incidem:

em todos os níveis de nossa vida estabelecendo uma tensão dialética entre a estrutura anacrônica do país e sua estrutura em geração. Em termos superestruturais, essa tensão traduz um conflito de duas perspectivas: a do país velho e a do país novo, a da mentalidade colonial ou reflexa e a da mentalidade autenticamente nacional. (Ramos, 1958; p. 42-3; grifo meu)

É interessante notar que, para Ramos, a existência dessa mesma tensão dialética é constatada no domínio das ciências sociais – a conduta metodológica dos estudiosos também tem se alterado, ou seja, uma conduta reflexa e sem posicionamento crítico diante dos pressupostos históricos e ideológicos tem dado lugar a novos métodos históricos de pensar que os habilita a participar ativamente do novo sentido da história do país. “Por isso, propõe-se aqui o termo ‘redução sociológica’ para designar o procedimento metódico que procura tornar sistemática a assimilação crítica” (Ramos, 1958; p. 43). E, nesse sentido, Ramos afirma que há também uma redução sociológica do direito, da economia, da política, da filosofia, das ciências da cultura em geral. Sua definição do conceito de redução sociológica se inicia com o significado do termo “redução” – “que consiste na eliminação de tudo aquilo que, pelo seu caráter acessório e secundário, perturba o esforço de compreensão e a obtenção do essencial de um dado” (Ramos, 1958; p. 43). Assim sendo, a idéia de uma redução sociológica envolve aportes epistemológicos que direcionam a construção de um novo método para as ciências sociais em geral.

No domínio restrito da sociologia, a redução é uma atitude metódica que tem por fim descobrir os pressupostos referenciais, de natureza histórica, dos objetos e fatos da realidade social. A redução sociológica, porém, é ditada não somente pelo imperativo de conhecer, mas também pela necessidade social de uma comunidade que, na realização de seu projeto de existência histórica, tem de servir-se da experiência de outras comunidades. (Ramos, 1958; p. 44; grifos meus)

Em seguida, Ramos (1958; p.45-7) descreve a redução sociológica a partir de sete itens que julgo esclarecedores para o presente trabalho por se constituírem em uma descrição didática da construção do conhecimento científico nas ciências sociais, no âmbito de uma abordagem eminentemente fenomenológica:

- 1) apresenta atitude metódica – maneira de ver que obedece a regras e se esforça por depurar os objetos de elementos que dificultem a percepção exaustiva e radical de seu significado; é o contrário da atitude espontânea; é atitude metódica, não é atitude natural;
- 2) não admite a existência na realidade social de objetos sem pressupostos – acredita que a realidade social é sistemática, dotada de sentido; os fatos da realidade social fazem parte necessariamente de conexões de sentido, estão referidos uns aos outros por um vínculo de significação;
- 3) postula a noção de mundo – o mundo que conhecemos e em que agimos é o âmbito em que os indivíduos e os objetos se encontram numa infinita e complicada trama de referências;
- 4) mostra-se perspectivista – o sentido de um objeto jamais se dá desligado de um contexto determinado;
- 5) trabalha com suportes coletivos e não individuais – a redução sociológica não é, portanto, em sentido genérico, primariamente um ato de lucidez individual; fundamenta-se numa espécie de lógica material, imanente à sociedade;
- 6) expõe um procedimento crítico-assimilativo da experiência estrangeira – a redução sociológica é dirigida por uma aspiração ao universal mediatizado, porém, pelo local, regional ou nacional; não pretende opor-se à prática de transplantações, mas quer submetê-las a apurados critérios de seletividade;
- 7) pontua que, embora seus suportes coletivos sejam vivências populares, a redução sociológica é atitude altamente elaborada – a redução sociológica de um produto cultural, de uma instituição, de um processo não se alcança senão recorrendo a conhecimentos diversos, principalmente de história.

Para exemplificar o uso adequado do método, Guerreiro Ramos analisa o conceito de controle social, afirmando a sua importância na realidade norte-americana, em função de um contexto que expressa sérios problemas de integração social, mas apontando tratar-se de algo que não ocorre da mesma maneira no contexto da realidade brasileira.

Ao imaginar um “Tratado Brasileiro de Sociologia” funcional e ajustado à nossa realidade brasileira específica, o autor lista, sem preocupação sistemática, uma série de conceitos e categorias diretamente vinculados às nossas problemáticas:

“desenvolvimento, industrialização, mudança social, estrutura social, conjuntura, sistema social, distrofia, processo em geral, processo civilizatório, institucionalização, estilização, valor, modelo, fundação, instituição, evolução, revolução, totalidade, transplantação, região, dualidade, heteronomia, historicidade, temporalidade, tempo social e suas modalidades, ideologia, massificação, consciência coletiva, consciência crítica, consciência ingênua, período crítico, período orgânico, estruturação, desestruturação, reestruturação, fase, época, geração, *principia media*, antagonismos sociais, realidade nacional, prática social, alienação, país, povo, nação, colônia, centro, periferia, personalização histórica, efeito de prestígio, efeito de dominação, efeito de demonstração, classe social, quadro, elite, memória social, imitação e suas leis, nomos, eunomia, anomia, redução, etnocentrismo, situação, situação colonial, urbanização, elevação, complexo rural, divisão social do trabalho, oligarquia, clã, clientela, coronelismo, consciência nacional, amorfismo, vigência social, poder, princípio de limites e possibilidades, reflexo, quadros sociais da população” (Ramos, 1958; p. 53-54).

É interessante assinalar o fato de, num contexto tão marcado por mudanças e necessidades de novas maneiras de se pensar, não aparecer, no texto de Ramos, a categoria de educação ou de formação. Na realidade, o espaço educacional e formativo encontra-se relacionado com as possíveis consciências e suas transformações. Ao elencar esse tratado como sendo um Tratado Brasileiro de Sociologia, Ramos aponta quão diferente seria o Tratado Norte-Americano de Sociologia.

Ao explicar os antecedentes filosóficos da redução sociológica, Ramos afirma que a idéia da redução foi um dos temas centrais da fenomenologia, em autores como Husserl e Heidegger. De Husserl, traz sua descrição do que seja o alcance do pleno conhecimento, algo que se apoiaria em três reduções:

- 1) a redução histórica, através da qual excluem-se as doutrinas ou opiniões anteriores a respeito do objeto;
- 2) a eidética, que elimina a existência individual do objeto;

3) e, a transcendental, através da qual encontra-se a consciência, cuja estrutura se revela intencional, essencialmente referida ao objeto.

Esse nível abstrato da redução formulada por Husserl é repensado por Heidegger ao afirmar que a redução implica o “problema no mundo”, ou seja, o sujeito é um “ser-no-mundo”.

Ao concluir essa reflexão envolvendo Husserl e Heidegger, Ramos destaca a opção de acolher a atitude metódica desses pensadores que se define no objetivo de uma análise radical dos objetos no mundo. “Transportando essa atitude para o âmbito da ciência social, pode-se afirmar que cada objeto implica a totalidade histórica em que se integra e, portanto, é intransferível, na plenitude de todos os seus ingredientes circunstanciais” (Ramos, 1958; p. 63). É nesse sentido que a redução sociológica se opõe à transplantação literal.

Em determinado momento, Guerreiro Ramos passa a explicitar as leituras que o influenciaram na concepção da redução sociológica e que – arrisco a afirmar – influenciaram também os demais isebianos, principalmente os históricos. Segundo ele, a idéia de redução, naquele momento, se encontrava atrelada ao campo da sociologia do conhecimento. Ou seja, a análise ideológica, tal como a entendiam os marxistas e a sociologia do conhecimento já se fundamentava numa conduta eminentemente redutora.

Dessa análise, Ramos assinala o necessário papel da prática da redução na atual formação da atitude sociológica – para ele, sociólogo é aquele que pratica a redução sociológica, algo diferente da fenomenologia do social. Cita um grande conjunto de autores tais como: Husserl, Scheler, Vierkandt, Kracauer, Litt, Geiger, Walther, Stern, Schutz, Gurvitch, Monnerot, Siches e vai apontando as características de cada um em relação à redução.

Ainda sobre a redução sociológica, Ramos afirma que:

Funda-se numa atitude metódica interessada em descobrir as implicações referenciais, de natureza histórico-social, de toda sorte de produção intelectual e em referir sistematicamente essa produção ao contexto em que se verifica, para apreender exhaustivamente o seu significado. (Ramos, 1958; p. 68)

E, fornece, como exemplos, os estudos de Marx, “Teorias da Mais-Valia”, destacando o condicionamento histórico das idéias econômicas. Chega, ainda, a apontar trabalhos marxistas mais recentes tais como os de George Luckács e Lu-

cien Goldman, que praticam a redução no estudo dos fatores sociais das doutrinas sociológicas. Mas, acaba dando especial destaque às questões levantadas por Gunnar Myrdal, o qual “acredita que os conselhos dados por especialistas e órgãos técnicos de países dominantes e, mesmo, as ‘pressões’ que sobre eles exercem, são comumente racionalizados em termos de uma teoria do comércio internacional baseada em hipóteses sem realidade” (Ramos, 1958; p. 70).

É importante perceber a clara dimensão política que se colocam nas práticas de redução defendidas por Myrdal e por Ramos – a análise sociológica adotada está constantemente voltada a um entendimento crítico da realidade. Ramos cita Myrdal:

Creio que o nosso pensamento e também nossas observações, mesmo quando nos esforçamos em ser objetivos, são dominados, muito mais do que imaginamos, por certas idéias muito gerais ou padrões de pensamento. Essas idéias gerais são, de algum modo, carregadas de juízos de valor; isso influencia nossos esforços intelectuais e tende a excluí-los de nossa atenção e do nosso senso crítico se não trabalhamos com explícitas premissas de valor. Tais idéias são parte de uma tradição poderosa e, assim, modelam todos os nossos instrumentos mentais: deram forma não somente às respostas, mas determinaram de modo mais fundamental as perguntas que formulamos e a maneira como as formulamos.<sup>46</sup>

Mas é na obra de Karl Mannheim que Ramos encontra o maior número de referências para a fundamentação teórica da redução sociológica. Citando Mannheim,

Um produto cultural não poderá ser compreendido em seu próprio e verdadeiro sentido se atentarmos simplesmente para a significação que veicula quando só o olhamos como é diretamente – em seu sentido objetivo; devemos considerá-lo como portador de um sentido expressivo e documental, se queremos captá-lo exhaustivamente.<sup>47</sup>

Após os referidos aportes, Ramos passa, então, a formular e explicitar o que denomina de “leis da redução sociológica”: a lei do comprometimento; a lei do caráter subsidiário da produção científica estrangeira; a lei da universalidade dos enunciados gerais da ciência; e a lei das fases.

A lei do comprometimento é enunciada por Ramos da seguinte maneira: “Nos países periféricos, a idéia e a prática da redução sociológica somente podem ocorrer

<sup>46</sup> Gunnar Myrdal. Desenvolvimento e subdesenvolvimento. In: *Revista do Conselho Nacional de Economia*, nº 47. set-out de 1957.

<sup>47</sup> Karl Mannheim, *Essays on the Sociology of Knowledge*, Londres, 1952.

ao cientista social que tenha adotado sistematicamente uma posição de engajamento ou de compromisso consciente com o seu contexto” (Ramos, 1958; p. 75). Trata-se portanto de um método, ou seja, da possibilidade de construção do conhecimento através das ciências sociais que pressupõe o engajamento político compromissado com determinada realidade. Ao encaminhar sua explicitação sobre uma posição de compromisso por parte do cientista social, Ramos se apóia na influência que temos do contexto e exemplifica através de Jaspers, Dilthey, Heidegger, Balandier etc. E, ao se remeter à questão de “quem educa o educador?”, afirma que é “a sociedade, e não outro educador. E assim se desfaz a polaridade entre teoria e prática. (...) O verdadeiro educador sabe que só conseguirá levar a efeito a pedagogia que lhe possibilitem as condições sociais determinadas em que vive. Tem a consciência da implicação do homem no mundo” (Ramos, 1958; p. 79-80).

Segundo Ramos, a idéia acima se faz presente em correntes filosóficas tais como o historicismo e existencialismo. Critica determinados pensadores europeus submersos em estruturas históricas rígidas e seculares, existencialmente limitados, inseridos num vício europocêntrico expresso num academicismo exacerbado. Concluindo a lei do comprometimento, Ramos afirma que:

Nos países periféricos, é a adoção sistemática de um ponto de vista universal orientado para o futuro que possibilita a redução sociológica. É o imperativo de acelerar, de modo historicamente positivo, a transformação de contextos subdesenvolvidos, que impõe ao cientista de países periféricos a exigência de assimilar não mecanicamente o patrimônio científico estrangeiro. (Ramos, 1958; p. 82)

Finaliza, afirmando que, em países periféricos, a sociedade não está fundada segundo critérios próprios, sendo algo a fundar; nesse sentido, é que o engajamento tem papel singular posto que abre, para o intelectual, um horizonte de infinitas possibilidades.

Ao explicitar a lei do caráter subsidiário da produção científica estrangeira, Ramos defende que “à luz da redução sociológica, toda produção científica estrangeira é, em princípio, subsidiária” (Ramos, 1958; p. 83). Sua idéia é a de que a produção sociológica estrangeira, para o sociólogo que fundamenta sua especulação na prática social, não vale como paradigma ou modelo, mas apenas como subsídio. Analisa o desenvolvimento e o papel das ciências sociais nos Estados Unidos e conclui apontando que a existência de uma debilidade teórica e o relati-

vo atraso da sociologia norte-americana são estruturais e justificados – por essas razões a experiência sociológica desse país é, para nós, subsidiária.

Ao analisar como tem se desenvolvido o pensamento sociológico no Brasil Ramos afirma:

Nos países periféricos, a sociologia deixa de ser atrasada na medida em que se liberta do “efeito-de-prestígio”<sup>48</sup> e se orienta no sentido de induzir as suas regras do contexto histórico-social em que se integra. Esse tipo de sociologia exige do sociólogo um esforço muito maior que o de mera aquisição de idéias e de informação especializadas: exige a iniciação numa destreza intelectual, numa instância intelectual que pode ser definida com a palavra *habitus*, na acepção em que os antigos a empregavam. (Ramos, 1958; p. 92)

Sobre a lei da universalidade dos enunciados gerais da ciência, Ramos a formula da seguinte maneira: “A redução sociológica só admite a universalidade da ciência tão somente no domínio dos enunciados gerais” (Ramos, 1958; p. 93). Defende a idéia de que na ciência existem enunciados gerais, ou seja, que num determinado momento todos os cientistas daquele tempo se apóiam num mesmo repertório central de enunciados. Exemplifica afirmando que “mediante a leitura de autores, como Karl Marx, Comte, Spencer, Georg Simmel, F. Tönnies, Max Weber, Max Scheler, Durkheim, Gabriel Tarde, Vilfredo Pareto e outros, nos iniciamos numa instância de enunciados gerais que constituem o núcleo central do raciocínio sociológico” (Ramos, 1958; p. 95). Todavia, essa universalidade não deve ser compreendida de maneira equivocada; a dimensão nacional convive com a universalidade, tendo em vista o caráter necessariamente particular de que se revestem os pontos de vista dos sociólogos – “Nas estruturas nacionais dotadas de capacidade de auto-desenvolvimento, o trabalho intelectual, e, portanto, científico, está direta ou indiretamente carregado de funcionalidade, enquanto referido a perguntas concretas” (Ramos, 1958; p. 98).

Sobre a lei das fases, Ramos elabora o seguinte enunciado: “À luz da redução sociológica, a razão dos problemas de uma sociedade particular é sempre dada pela fase em que tal sociedade se encontra” (Ramos, 1958; p. 101). Em relação a esse tema, refere-se às idéias de “razão histórica” de Dilthey e de “razão vi-

---

<sup>48</sup> “Efeito-de-prestígio” – termo análogo ao efeito de demonstração de Duesenberry, utilizado pelos economistas; significa que “o conhecimento dos padrões de vida dos povos desenvolvidos leva todas as classes sociais nos países subdesenvolvidos a pretenderem consumos relativamente altos, que dificultam a acumulação de capital” (Ramos, 1958; p. 91).

tal” de Ortega, autores que também se defrontam com a impossibilidade de compreender os fatos sem referi-los à realidade em que se acham integrados, ao mundo histórico ou à vida.

Ramos também refere-se a uma “razão sociológica”, segundo a qual “o todo antecede as partes”, complementando com a análise da categoria da totalidade trabalhada por Hegel e Marx. Ramos aponta que, segundo Marx, o todo tem interferência direta na vida humana: “Não é a consciência dos homens que determina a sua existência, é a sua existência social que determina sua consciência”<sup>49</sup>. Assim sendo, para Guerreiro Ramos, o pensamento em termos de fase fundamenta-se na categoria de totalidade; a fase é uma totalidade histórico-social, cujas partes estão dialeticamente relacionadas.

Sintetizando, a lei das fases, contribuindo para formar consciência de que as diferentes seções do acontecer histórico têm limites, define um modo sociológico de pensar, como parte da formação metodológica do sociólogo. “Os acontecimentos não podem ser compreendidos senão quando referidos à totalidade (fase) que os transcende e a que são pertinentes. Por isso que não se verificam de modo arbitrário, estão sujeitos às determinações particulares de cada seção do fluxo histórico-social em que transcorrem” (Ramos, 1958; p. 109).

Um outro tema desenvolvido por Ramos é o desenvolvimento, ou seja, os critérios possíveis de diferenciação das regiões e nações atuais. Trata-se de se trabalhar com a idéia de diferentes graus de desenvolvimento ou diferentes estruturas de desenvolvimento (estrutura entendida como a distribuição da força de trabalho nos setores da atividade produtiva). Em se tratando do Brasil, encontramos todos os graus pelos quais a humanidade até agora já passou, desde o comunismo primitivo ao capitalismo de Estado. A preocupação de Ramos é encontrar uma base para explicar as disparidades de desenvolvimento entre as regiões ou nações. Nesse sentido, o método proposto por Ramos coloca na noção de progresso técnico a referência central para a comparação das estruturas econômicas e sugere os seguintes critérios:

1) distribuição da mão-de-obra pelos ramos da atividade produtiva – o desenvolvimento implica necessariamente deslocamento de mão-de-obra do setor primário

---

<sup>49</sup> Karl Marx, Contribuição à crítica da Economia Política.

(agropecuária e extração) para o setor secundário (indústrias) e para o terciário (serviços);

2) renda nacional *per capita* – para uma análise adequada, somente através de sua combinação com outros critérios poderá gerar entendimento;

3) consumo *per capita* de energia – o desenvolvimento é tanto maior quanto mais o homem consegue pôr a seu serviço as forças naturais;

4) urbanização – o desenvolvimento de uma comunidade nacional determina a migração de pessoas do campo para as cidades e, portanto, a formação e a expansão de centros urbanos;

5) produção industrial – o industrialismo é um estilo de existência, caracterizado por especial relação entre o homem e a natureza.

Concluindo seu livro, Ramos reflete sobre o que seria uma sociologia brasileira em sua dimensão teórica e prática. Constata que os autores que mais acertaram ao analisar o país foram os que apoiaram seu raciocínio na consideração dos fatos da nossa existência material e arremata, afirmando que, atualmente, “vive-mos um momento em que se aguça a consciência de que a compreensão do Brasil não pode resultar de uma intuição instantânea, mas de metucioso exame de suas particularidades, bem como da influência que exercem umas sobre as outras” (Ramos, 1958; p. 129).

Exemplifica essa análise citando o estabelecimento de instituições governamentais voltadas ao fomento de políticas econômicas específicas para cada região do país. Ao final de seu livro, Guerreiro Ramos apresenta um conjunto diversificado de dados estatísticos sobre as regiões brasileiras, convidando o leitor a desenvolver uma leitura minuciosa voltada às correlações entre estrutura econômica e situação social, características da lei das fases.

### 5.3

#### Hélio Jaguaribe e suas “Condições Institucionais do Desenvolvimento”, 1958

O livro de Hélio Jaguaribe, *Condições Institucionais do Desenvolvimento*, se constituiu num conjunto de duas conferências pronunciadas pelo autor no Clube de Engenharia, no Rio de Janeiro, no ano de 1957. A primeira intitulada “Análise da Situação Política Nacional” e a segunda “Condições Institucionais do Desenvolvimento”. Ambas se apresentam através de um estilo esquemático, em tópicos que vão sendo analisados pelo autor.

Tendo em vista o sentido e o significado existente no conjunto de tópicos que constituem cada Conferência, optei por registrá-los juntos antes de proceder à análise sucinta de cada um. Os itens que compõem a conferência “Análise da Situação Política Nacional” são os seguintes:

01. POLÍTICA E CIÊNCIA POLÍTICA
02. TEORIA DA IDEOLOGIA
03. CONCEITO DE ÉPOCA
04. CONCEITO DE FASE
05. ESTRUTURA-TIPO
06. A ESTRUTURA-TIPO COLONIAL
07. A ESTRUTURA-TIPO SEMICOLONIAL
08. TRANSIÇÃO DE FASE
09. O PARASITISMO SOCIAL
10. ALIENAÇÃO E NATIVISMO CULTURAIS
11. CLIENTELISMO E CARTORIALISMO
12. AS RELAÇÕES DE CLASSE
13. A POLÍTICA DE CLIENTELA
14. O ESTADO CARTORIAL
15. AJUSTAMENTO FASEOLÓGICO E ESTADO CARTORIAL
16. O PROCESSO DO DESENVOLVIMENTO
17. A CRISE DO ESTADO CARTORIAL
18. ESTÁTICA E DINÂMICAS BRASILEIRAS
19. CONDIÇÕES ESTRUTURAIS DE SUPERAÇÃO DA CRISE POLÍTICA
20. TENDÊNCIA PARA A POLÍTICA IDEOLÓGICA
21. CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DE SUPERAÇÃO
22. A SITUAÇÃO PRESENTE

A avaliação de cada um dos referidos itens será feita de maneira sucinta; a ênfase da minha análise está em perceber o sentido global da abordagem, levando-se em conta, além dos conteúdos específicos, aspectos tais como o local do pronunciamento, significados percebidos, momento histórico etc. Nesse sentido, podemos assinalar, numa breve exame da relação dos itens, tratar-se de um trabalho voltado às maneiras pelas quais vai se desenvolvendo o olhar e a construção científica nas ciências da cultura, sinônimo de ciências humanas e sociais. Considerando-se o fato de terem sido pronunciadas no Clube de Engenharia, a idéia é que essas conferências tenham sido direcionadas a uma clientela da área das ditas ciências da natureza ou exatas, o que justificaria os enfoques didáticos assumidos.

No item POLÍTICA E CIÊNCIA POLÍTICA, o autor coloca a complexidade da tarefa de se estudar a situação política brasileira e aponta a carência de objetividade existente nas ciências políticas, alegando o surgimento de instrumentos teóricos confiáveis em relação à objetividade somente após a estruturação das teorias do historicismo e culturalismo. Finaliza destacando a recente contribuição da sociologia do conhecimento para os problemas políticos, principalmente através da criação da teoria da ideologia.

Na TEORIA DA IDEOLOGIA, o autor destaca a importância do surgimento de uma crítica não ideologizada à ideologia. Essa crítica não ideologizada surge em função de critérios que situam a ideologia em seus aspectos sociológicos, históricos e políticos; em relação à sua representatividade nas suas relações com o grupo social que expressa; em relação à maior ou menor autenticidade com o processo faseológico em curso.

Em CONCEITO DE ÉPOCA, o autor inicia uma explicação, através da sociologia histórica, dos conceitos de época, fase e estrutura-tipo. As épocas são diferenciações que se verificam numa determinada cultura. Já em CONCEITO DE FASE, Jaguaribe define fase como sendo uma etapa no processo histórico de uma comunidade.

ESTRUTURA-TIPO refere-se ao fato de se considerar as comunidades em função de quatro principais planos estruturais: o plano das relações econômicas; o das relações sociais; o das relações políticas; e o das relações culturais. A presença da metodologia fenomenológica se evidencia nessa preocupação de se “olhar” um determinado objeto de estudo a partir de diferentes dimensões. O conjunto desses planos estruturais se intercondicionam em relações e correlações que formam um modelo denominado estrutura-tipo, ou seja, de uma determinada estrutu-

ra econômica tende a organizar-se determinada estrutura política, estabelecendo-se uma relação entre as classes sociais e um determinado estilo cultural. Apoiado nesse conceito de estrutura-tipo, passa a focar A ESTRUTURA-TIPO COLONIAL e A ESTRUTURA-TIPO SEMICOLONIAL.

Ao trabalhar com a categoria TRANSIÇÃO DE FASE, Jaguaribe situa o momento no qual, devido à queda da receita cambial, o Brasil não mais dispunha de recursos que lhe permitissem atender ao próprio consumo, sendo então compelido a promover o investimento destinado ao mercado interno. Essa situação faz com que o país deixe de ser semicolonial, como tinha sido até os anos de 1930, e passe por uma fase de transformação centrada num problemático processo de desenvolvimento, marcado por vários pontos de estrangulamento.

Nessa seqüência, o autor passa a explorar a questão de O PARASITISMO SOCIAL se manifestar de diferentes maneiras dentre as quais o da classe média brasileira expresso nos quadros do funcionalismo público, civil e militar, que se encontram hipertrofiados em relação aos serviços efetivamente exigidos pelo país. Esses exemplos caracterizam o estrangulamento da capacidade de desenvolvimento no nível das relações sociais. Esse estrangulamento, existente no plano das nossas relações culturais, impede que nossa representação no mundo (formulações da cultura brasileira), nossa compreensão da realidade, nossa elaboração dos instrumentos teóricos nos permitam operar sobre a realidade sejam adequadas. Trata-se do que podemos caracterizar como ALIENAÇÃO E NATIVISMO CULTURAIS. A alienação cultural consiste na importação mecânica de princípios, critérios e valores elaborados pelos países culturalmente mais desenvolvidos. O nativismo primário é a afirmação de tradições folclóricas pelo simples fato de serem brasileiros; desse modo, uma solução incapaz de permitir a compreensão e modificação da nossa própria realidade.

Em se tratando do desenvolvimento político, seus pontos de estrangulamento são o CLIENTELISMO E CARTORIALISMO, ou seja, política de clientela e Estado Cartorial. A reflexão segue com uma análise sobre AS RELAÇÕES DE CLASSE, que parte da simplicidade apresentada na estrutura política da sociedade brasileira na fase do semicolonialismo (1850 e 1930).

Em A POLÍTICA DE CLIENTELA, o autor assinala que nessa estrutura-tipo estão presentes a classe dominante latifúndio-mercantil, a classe dominada de campesinato e a classe média marginal, um contexto que se apóia numa política de clientela.

Já sobre O ESTADO CARTORIAL, entende-se um Estado que apresenta sensíveis semelhanças com a estrutura dos cartórios fiscais da época colonial – cartórios que ganhavam, em troca de uma participação na arrecadação, os benefícios destinados à Coroa; nesse sentido, o Estado Cartorial é um produto da política de clientela, ao mesmo tempo em que se constitui num instrumento que a exerce e conserva. Jaguaribe afirma que os anos de 1950 se caracterizam por uma monstruosa deformação do serviço público, fruto de um Estado Cartorial que subsiste numa sociedade que não é mais a mesma em que tal Estado se constituiu – surge a necessidade de um AJUSTAMENTO FASEOLÓGICO E ESTADO CARTORIAL.

Ao analisar O PROCESSO DO DESENVOLVIMENTO, Jaguaribe assinala que o primeiro surto de desenvolvimento no Brasil, situado nos anos de 1920, desencadeia a crise da política de clientela e do Estado Cartorial, e passa a explicitar como isso se deu.

Descreve em A CRISE DO ESTADO CARTORIAL uma transformação que se caracteriza pelo crescimento do mercado interno, propiciando novas oportunidades de consumo e de formação de poupanças investíveis no país. Além disso, o desenvolvimento e a industrialização exigem mudanças significativas nos serviços públicos efetivos. Jaguaribe enfatiza o descompasso entre a função econômica e a função política, entre a necessidade de serviço público, de administração e de governo e a incapacidade de proporcioná-la por parte do Estado Cartorial, ou seja, a total falta de coincidência entre ESTÁTICA E DINÂMICA BRASILEIRAS.

Partindo do problema que naquele momento se colocava na vida pública brasileira, Jaguaribe aponta a necessidade de se encontrar a fórmula pela qual se possa reajustar o Estado às forças dinâmicas que conduzem o processo social, ou seja, quais seriam as CONDIÇÕES ESTRUTURAIS DE SUPERAÇÃO DA CRISE POLÍTICA. Essas condições estruturais para a reforma do Estado e a modificação da política são assim elencadas:

O desenvolvimento brasileiro, gerando uma industrialização crescente, proporcionando à classe média inserção cada vez maior no processo produtivo, pois que a ela cabe a função essencial de constituir os quadros de administração e ao quadros técnicos que vão tripular o parque industrial; proporcionando ao proletariado condições crescentes de renda, na medida em que, com a industrialização, se eleva a produtividade e a capacidade de pagamento em termos de salários reais, e às classes rurais condições de elevação da sua renda real mediante a técnica da produção; o desenvolvimento brasileiro, criando condições que transformam radicalmente o antigo quadro do semicolonialismo do

subdesenvolvimento, não pode, portanto, deixar de alterar a estrutura estatal que ainda subsiste. (Jaguaribe, 1958; p. 29)

Ou seja, na medida em o país adquire condições de diferenciação de trabalho, aumenta sua produtividade e atinge um grau superior de desenvolvimento, torna-se impossível o estabelecimento da barganha clientelista. O número cada vez maior de classes que participam do processo produtivo impede que as relações entre o homem público e o seu eleitorado sejam relações de barganha clientelista e suscita outra forma de política – uma política ideológica.

Em oposição à política clientelista, a TENDÊNCIA PARA A POLÍTICA IDEOLÓGICA aponta para uma política que estabelece uma relação de orientação entre os interesses situacionais de determinado grupo e as formulações que convêm a esse grupo. Ao explorar as CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DE SUPERAÇÃO, o autor aponta que:

na medida em que a ação empreendedora dos homens representativos do processo do desenvolvimento econômico alargue ideologicamente a propaganda do desenvolvimento, estabeleça contato com as grandes massas e lhes mostre a dependência que existe entre o processo de desenvolvimento e a elevação do seu nível de vida, nessa proporção as formas de política clientelista tendem a ser desmascaradas pela própria ineficácia, e as formas de política ideológica a substituí-las, propendendo a organizar-se nova forma de Estado. Existem condições gerais para que se processe a reforma do estado, e as condições especiais que desencadearão essas gerais são apenas a propaganda ideológica e a organização dos grupos mais dinamicamente interessados na funcionalização do Estado, na promoção do desenvolvimento que, por meio de duas armas, a organização e a educação ideológica, tem a capacidade de suscitar a adesão das grandes massas rurais e urbanas e assim transfigurar a atual situação política brasileira. (Jaguaribe, 1958; p. 31-2; grifo meu)

Finalizando essa primeira palestra, Jaguaribe avalia A SITUAÇÃO PRESENTE, mais precisamente faz uma apreciação da situação do atual governo de Juscelino Kubitschek, descrito como um governo que suscitou a adesão das grandes massas rurais e urbanas e assumiu o poder sob a bandeira do desenvolvimento econômico e da transformação econômica e social do país. Mas, frente às necessidades que se colocam, o governo JK enfrenta dificuldades para executar, coerente e sistematicamente, a sua política. Constata, assim, uma heterogeneidade das forças existentes no Governo e no Congresso Nacional. Jaguaribe finaliza sua reflexão afirmando:

A única solução que tornaria o Estado brasileiro capaz de uma ação política coerente com o desenvolvimento e dotada da funcionalidade que requer, não consiste apenas em que o Presidente da República, individualmente, seja um homem carregado de boas intenções, mas em que se consiga, por meio da propaganda, da educação ideológica e da organização das forças dinâmicas que propulsionam o desenvolvimento, conquistar bases efetivas para que o governo disponha de condições de apoio e que, inclusive, encontre na coerência das bases e na orientação programática dessas forças um bitolamento que discipline tanto a oposição quanto o próprio governo... (Jaguaribe, 1958; p. 33)

A segunda palestra da presente publicação, Jaguaribe intitula “Condições Institucionais do Desenvolvimento” sendo composta pelos seguintes itens:

01. O DESENVOLVIMENTO COMO PROCESSO SOCIAL GLOBAL
02. DUPLO SENTIDO DO INSTITUCIONAL
03. DIRIGISMO E ESPONTANEIDADE
04. CAUSAS HISTÓRICAS DO NOSSO DESENVOLVIMENTO
05. OS PONTOS DE ESTRANGULAMENTO
06. O ESFORÇO DE PLANEJAMENTO
07. O MALOGRO DOS PLANOS
08. REPRESENTATIVIDADE E AUTENTICIDADE IDEOLÓGICA
09. COINCIDÊNCIA DAS LINHAS IDEOLÓGICAS
10. EFICÁCIA DA CONSCIÊNCIA IDEOLÓGICA

Diferentemente da primeira conferência, centrada numa análise da situação histórica e atual do país, a segunda conferência se concentra numa reflexão mais propositiva, apontando possibilidades de intervenção nessa realidade brasileira em transição.

No primeiro item, O DESENVOLVIMENTO COMO PROCESSO SOCIAL GLOBAL, Jaguaribe diferencia crescimento econômico de desenvolvimento econômico; este último, além de uma acumulação quantitativa de riquezas, significa uma transformação qualitativa do processo econômico. Afirma ser através do aproveitamento ótimo e crescente das possibilidades tecnológicas na valorização dos fatores disponíveis que se realiza o processo de desenvolvimento econômico. Assinala que todo desenvolvimento econômico importa em transformação estrutural da sociedade, característica de especial relevância no estudo das condições institucionais em que o desenvolvimento econômico se processa.

Sob o título de DUPLO SENTIDO DO INSTITUCIONAL, o autor explicita a dupla significação do institucional. Por um lado refere-se a tudo o que não é natural,

tudo o que provém de uma operação do homem sobre o mundo que não é dado pela natureza, ou seja, tudo o que decorre das correlações sociais. Por outro lado, num sentido estrito, se constitui no ato através do qual, no processo social global, a comunidade elege determinados valores como fins, determinadas normas como processo, e, assim, organiza entidades operativas.

A reflexão tem continuidade nos conceitos de DIRIGISMO E ESPONTANEIDADE, expressões da polêmica que se trava entre as concepções do liberalismo e as concepções do Estado interventor e diretor da sociedade e do processo econômico. Jaguaribe aponta, a esse respeito, o número cada vez menor tanto de autores que defendem uma posição liberal estrita, quanto de autores que defendem o dirigismo total; tem se encaminhado uma conciliação entre os princípios da espontaneidade e do dirigismo; a concepção das condições institucionais do desenvolvimento tende a ser organizada no âmbito de um planejamento democrático.

Em se tratando das CAUSAS HISTÓRICAS DO NOSSO DESENVOLVIMENTO, Hélio Jaguaribe retoma a análise da situação brasileira e seu processo de desenvolvimento. Dentre as condições que determinaram esse desenvolvimento, destaca duas:

- 1) o aumento do mercado articulado ao aumento da demanda, vinculado ao crescimento vegetativo da população que agrega enriquecimento *per capita* – acúmulo tanto da capacidade quanto de novos hábitos de consumo;
- 2) e, as crises cambiais dos anos de 1920 e dos anos de 1940.

Mas, nesse processo de desenvolvimento, o autor aponta OS PONTOS DE ESTRANGULAMENTO presentes nos níveis econômico e social, político e cultural de nossa vida social. No amplo universo desses pontos, dois se destacam por interceptar o nosso desenvolvimento global: a política de clientela e o Estado Cartorial.

Em O ESFORÇO DE PLANEJAMENTO, Jaguaribe aponta que “a criação de uma sociedade desenvolvimentista e o desencadeamento de condições que propiciem a superação do subdesenvolvimento econômico, estão essencialmente vinculados à idéia de planejamento” (Jaguaribe, 1958; p. 46). Atesta, assim, a existência de iniciativas de planejamento a partir do governo Dutra, trazendo o exemplo do Plano Salte como nosso primeiro ensaio. Mais bem elaborado foi o planejamento organizado pela Comissão Mista, posteriormente incorporado pelo Banco do Desenvolvimento Econômico.

Mas, no item O MALOGRO DOS PLANOS, assinala que, para poder instaurar as condições institucionais que tornarão possível a aplicação dos planos e farão do

planejamento a função principal do Estado, é indispensável a mobilização ideológica, através da qual os diversos setores sociais conciliem seus interesses com os objetivos do planejamento. A questão seria: quais condições propiciariam no Brasil, a instauração de uma política ideológica que viabilizasse a substituição do Estado Cartorial pelo Estado Funcional? Em outras palavras: que condições assegurariam a montagem de um mecanismo estatal apto a executar os programas já existentes cuja execução carece de condições institucionais adequadas?

Para Jaguaribe, ideologia é uma crença adjetiva, significativamente, uma racionalização de expectativas de organização da sociedade, decorrente da posição situacional dos membros dessa sociedade. Os critérios através dos quais podemos avaliar as ideologias são as REPRESENTATIVIDADE E AUTENTICIDADE IDEOLÓGICAS: o que torna uma ideologia representativa é a conexão lógica e “factual” entre a classe que a sustenta e as formulações que ele indica. Uma ideologia é autêntica quando corresponde às necessidades faseológicas de determinada comunidade.

Jaguaribe passa, então, a explicitar uma COINCIDÊNCIA DAS LINHAS IDEOLÓGICAS, ou seja, ideologias que correspondem às necessidades situacionais das nossas três classes – proletária, pequeno-burguesa e burguesa –, as quais se aproximam na mesma necessidade de promoção do desenvolvimento.

O problema que se apresenta, pois, para que se possa desencadear a ideologia do desenvolvimento e em torno dela reorganizar o aparelho do Estado e convertê-lo em Estado funcional, apto a planejar e a executar o planejamento econômico requerido pelas necessidades do país, é, essencialmente, um problema de educação e de organização ideológica. (Jaguaribe; 1958; p. 53; grifo meu)

O autor afirma que, na medida em que a educação ideológica se torna consciente, configura-se a necessidade de uma padronização de comportamentos e práticas políticas segundo as diretrizes da posição ideológica. Somente por meio de um esforço ideológico e da organização de núcleos de coordenação e de esclarecimento sociais, será possível criar as condições institucionais de que depende o desenvolvimento econômico brasileiro – trata-se de se trabalhar com a idéia de EFICÁCIA DA CONSCIÊNCIA IDEOLÓGICA. Nesse sentido o autor encerra enfatizando a importância de experiências como a da referida conferência que, ao esclarecer as problemáticas brasileiras e elucidar as necessidades do desenvolvimento no Bra-

sil, se constitui em um meio poderoso de formar correntes de idéias e de interesses voltados à transformação das nossas condições institucionais.

#### **5.4**

#### **Roland Corbisier e sua “Formação e Problema da Cultura Brasileira”, 1959**

Vale destacar que, embora a data de publicação do livro seja a de 1959, uma nota na apresentação do mesmo afirma que seu conteúdo refere-se a duas conferências pronunciadas no auditório do MEC, as quais se relacionam com as duas partes que compõem seu livro. A primeira conferência, relacionada com a primeira parte do livro, foi dada em dezembro de 1955, mais especificamente no Curso de “Introdução aos Problemas do Brasil”; e a segunda conferência, foi pronunciada no Curso Regular de 1956, na Cadeira de “Filosofia no Brasil”, ambas promovidas pelo ISEB.

As duas partes apresentadas se colocam da seguinte maneira: a primeira se intitula “Situação e Alternativas da Cultura Brasileira”, e a segunda, “Formação e Problema da Cultura Brasileira”. Em se tratando de um texto a ser lido numa conferência, constata-se em algumas partes um misto de preocupação didática com uma natureza prolixa. Assim sendo, sob o título de “Situação e Alternativas da Cultura Brasileira”, Corbisier começa explorando o significado do conceito de cultura, se remete posteriormente a uma análise da situação do Brasil colônia, finalizando essa primeira parte com algumas alternativas para o momento presente.

#### **Sobre uma significação do conceito de cultura**

Corbisier começa apontando as dificuldades e os desafios existentes nas abordagens científicas em relação ao que ele denomina de ciências da cultura, expressão que utiliza como sinônimo de ciências humanas e sociais. Defende que sua explicitação não se dará através de uma mera definição abstrata mas através do uso do método que caracteriza a filosofia da existência – uma filosofia chamada de concreta tanto por partir da realidade quanto por se manter fiel a ela, garantindo assim a autenticidade do pensamento.

Apoiado numa filosofia concreta da existência, Corbisier pontua que a ciência é uma construção do espírito, o que segundo Ortega, “não significa jamais empiria, observação, dado *a posteriori*, mas exatamente o contrário: construção *a priori*”. Seu entendimento é o de que, diferentemente do que acontece nas ciências naturais, as ciências do espírito ou da cultura não podem manipular seus objetos – ao invés disso, as ciências da cultura precisam estar constantemente em contato direto com as realidades significativas, pois trabalham fundamentalmente com a descoberta e a interpretação dessas realidades. Diante de tal objetivo, ao mesmo tempo em que as ciências da cultura se apóiam num repertório de categorias concebidas *a priori*, em nenhum momento elas ignoram suas dimensões empíricas ou os dados de suas experiências imediatas.

Para se chegar a uma definição da cultura pela via do método da filosofia concreta, Corbisier cita o filósofo francês, Gabriel Marcel, o qual afirma que “atualmente não pode haver mais filosofia sem uma análise (de essência fenomenológica) da situação fundamental do homem”, entendendo por situação fundamental o mesmo que situação original. Nesse sentido, “a situação original na qual nos encontramos sem refletir e sobre a qual passamos a refletir quando nos dispomos a filosofar, consiste essencialmente em nossa *presença no mundo*”; o que nos remete a uma tomada de consciência de nós mesmos, nos possibilitando constatar que pertencemos a uma determinada cultura, a uma época e a uma comunidade, ou seja, “verificamos que a realidade humana, a condição humana, é sempre *situada e datada*” (Corbisier, 1959; p. 13).

Em relação ao mundo que nos cerca ou sobre a “circunstância” que nos envolve, existem duas categorias de objetos: alguns objetos já dados (conjunto de objetos, plantas, animais etc.), que compõem o que chamamos de natureza; e os outros objetos que irão constituir os objetos culturais. O autor define que “a dimensão cultural da circunstância se compõe de todos os objetos que resultam da atividade ou do trabalho humano, segundo Hegel. (...) Uma flecha ou um tacape é tão ‘cultural’ quanto um quadro de Portinari ou um poema de Vinícius de Moraes” (Corbisier, 1959; p. 13).

E em se tratando de se examinar qualquer objeto produzido ou criado pelo homem é possível discernir três elementos: a matéria de que é feito; o sentido e a significação que o objeto expressa; e os valores em função dos quais esses objetos são concebidos e criados. O mundo da cultura é o conjunto desses objetos, onde se

encontra encarnado o espírito subjetivo, individual ou coletivo, seja de um homem, de uma comunidade ou de uma época.

Empregamos habitualmente a palavra cultura sem distinguir as suas significações, utilizando-a para designar determinada cultura histórica, enquanto patrimônio objetivo de bens e de valores, e também para indicar esse mesmo patrimônio espiritual, enquanto assimilado por um sujeito e incorporado à sua personalidade. (Corbisier, 1959; p. 16)

Nesse sentido, o conceito de cultura se confunde com o conceito de educação e de formação; ou seja, “não nos parece outro, aliás, o significado da educação, que poderíamos definir como a formação do indivíduo pela história, pela tradição humana. O indivíduo culto, cultivado, é o indivíduo modelado, configurado pelo processo cultural e histórico” (Corbisier, 1959; p. 16).

Complementando, o autor aponta uma determinada característica do conceito de cultura – a unidade. As culturas se diferenciam, porque se desenvolvem como se obedecessem a uma lógica interior, a um princípio que articula, unifica e torna coerentes as suas manifestações. Corbisier aponta que, segundo Spranger, “a unidade da cultura não consiste nos meros sujeitos acidentais, nem nos bens, nem na comunidade cultural, mas na concepção do mundo, que implica uma norma ética e culmina em um ideal concreto da cultura”<sup>50</sup>. Assim sendo, para Corbisier:

A palavra cultura significa, portanto, em primeiro lugar, o mundo das coisas feitas e criadas pelo homem, o repertório das realizações objetivas, as objetivações do espírito humano. Em segundo, tomando o termo no sentido subjetivo, a apropriação da cultura objetiva pelo sujeito. Devemos observar, porém, e assim esclareceremos o terceiro sentido da palavra, que o homem não está situado no contexto cultural como um objeto imóvel entre outros objetos também imóveis e justapostos no espaço. O mundo da cultura é um mundo em trânsito (...). Nesse sentido, a palavra não significa a cultura produzida, feita, mas a cultura em produção, o processo histórico de criação da cultura, a construção das centrais elétricas, das estradas, dos monumentos públicos, a redação de *Os Serões* de Euclides da Cunha ou da *Rosa do Povo*, de Carlos Drummond e também o simultâneo processo de formação do ser humano por essa mesma cultura. (Corbisier, 1959; p. 18)

---

<sup>50</sup> Eduard Spranger, *Ensayos sobre la Cultura*.

## Sobre a estrutura da situação colonial

Nessa parte do trabalho, o interesse do autor se concentra na compreensão da estrutura e morfologia das culturas, tendo em vista a composição de um entendimento da nossa cultura colonial. Para tanto, começa a descrever nosso passado colonial levando em conta uma independência que se circunscreve ao aspecto meramente político.

Passa, então, a expor, segundo Spranger, as principais formas nas quais se apresentam o encontro ou o choque entre culturas: 1) imigração; 2) colonização; 3) contato à distância, que nos remete ao momento dos anos de 1950, que, segundo Balandier, “poderíamos descrever (...) como um período de colonialismo generalizado” que é o imperialismo da cultura européia e ocidental, científica e técnica, em todas as regiões da terra.

A fala de Corbisier sobre a questão:

Arrastando consigo a concepção do mundo, de que são o resultado e a expressão, as técnicas e as máquinas fabricadas pela técnica, desencadeiam, nos contextos culturais em que são instaladas, o que Nietzsche chamaria de “transmutação total de valores”, fazendo explodir a armadura das velhas e tradicionais culturas que se mantinham estagnadas, à margem do processo histórico. (...) A universalização da ciência e da técnica européias tornará cada vez mais intensa essa forma de contato, à distância entre as diversas culturas. O intercâmbio cultural entre povos arcaicos e subdesenvolvidos e a moderna técnica ocidental, tenderá a estabelecer uma forma de contato em que os povos da periferia (...) assumirão cada vez mais, ao menos no primeiro momento, uma atitude passiva e receptiva, pois a incorporação da técnica européia, como veremos, é a condição básica da sua emancipação. (Corbisier, 1959; p. 25-26)

Como contrapartida, o autor aponta a tendência crescente à uniformização, à destruição da originalidade regional e ao desaparecimento das culturas, como “kosmos” autônomos e peculiares. A quarta forma de ação entre as culturas seria a distância, mas não entre culturas contemporâneas, mas entre as culturas atuais e culturas extintas. Exemplo disso seria o período da Renascença e seu redescobrimto da cultura antiga; nessa modalidade as restaurações têm uma abordagem do tipo “reformista”.

Em se tratando de se compreender as características de uma situação ou complexo colonial, Corbisier inicialmente aponta a característica da totalidade,

devendo ser considerada como uma situação “globalmente alienada”; ou seja, o colonialismo impregna, como atmosfera, todo o complexo de relações, instituições, valores e formas de conduta que compõem esse contato.

Vale destacara a afirmação de que a “colônia é organizada para funcionar como ‘instrumento’ da nação colonizadora” (Corbisier, 1959; p. 29); além da força material, o colonizador traz a “boa consciência”, a consciência de que é representante de uma cultura superior que se dá através de uma imposição legítima. A relação colonizador (sujeito) e colonizado (objeto) caracteriza fundamentalmente todo o complexo colonial; ou seja, a estrutura colonial se configura na base da “alienação”, que faz da colônia “instrumento” a serviço da metrópole.

Resumindo, Corbisier aponta que “um povo economicamente colonial ou dependente também será dependente e colonial do ponto de vista da cultura, tomando a palavra cultura no sentido de mundo objetivo em que se exterioriza o espírito subjetivo desse povo” (Corbisier, 1959; p. 32).

### **Alternativas para o momento presente**

Ao analisar o sentido a partir do qual se desenvolveu a sociedade brasileira, o autor aponta a ausência de intenção de se desenvolver nações autônomas e independentes e a prática de uma ocupação predatória centrada na preocupação exclusiva de exploração das riquezas e seu envio para a metrópole; esse quadro é o suporte do que posteriormente veio a ser a nacionalidade brasileira. É importante salientar que até os primórdios da industrialização, o Brasil não foi configurado em função dele mesmo, mas dos interesses externos relacionados com o velho mundo europeu. Ao problematizar nossa colonização, Corbisier cita Guerreiro Ramos,

Foi a Independência que inaugurou a fase em que aos nossos quadros dirigentes deveria caber o mister ciclópico de criar instituições para o país. Esse momento só o tiveram os países descobertos ou colonizados. Foi nesse momento que se apresentou aos nossos quadros dirigentes o problema da formação nacional.<sup>51</sup>

---

<sup>51</sup> Guerreiro Ramos, O tema da transplantação e as enteléquias na interpretação sociológica do Brasil. In: *Serviço Social*, ano XIV, nº 74, 1954, p. 75.

Posteriormente, em termos das dimensões econômicas, durante o segundo Império até a proclamação da República, o eixo da nossa economia tende a deslocar-se do nordeste para o sul, dos engenhos de cana-de-açúcar para as lavouras de café. Segundo Gilberto Freyre, “se o ponto de apoio econômico da aristocracia colonial se deslocou da cana-de-açúcar para o ouro e mais tarde para o café, manteve o instrumento de exploração: o braço escravo”<sup>52</sup>. Assim sendo, a fisionomia geral do país nem por isso se altera; mantém-se a discriminação entre a aristocracia rural – a burguesia latifundiária –, senhora absoluta do poder econômico e político, e a escravaria anônima, condenada ao trabalho servil. Conserva-se a estrutura econômica na base da monocultura latifundiária e escravocrata, exportadora de matérias-primas e importadora de produtos acabados. Nesse sentido, para Corbisier, o complexo colonial nos impedia de tomarmos consciência crítica de nós mesmos; a total dependência se aliava a um complexo de inferioridade em relação à Europa.

Se eram ingleses os sapatos e as fazendas das roupas que vestíamos, franceses eram os livros que líamos e as idéias de que nos utilizávamos. A falta de consciência nacional, a falta de consciência crítica em relação a nós mesmos, se explica pela “alienação”, pois o conteúdo da colônia não é a própria colônia mas a metrópole. A colônia não é um ser, com forma própria, mas apenas um poder ser, uma matéria-prima, na qual a metrópole imprime a forma que caracteriza a sua cultura. (Corbisier, 1959; p. 39-40; grifos meus)

É interessante perceber a procedência diferenciada dos produtos: se a Inglaterra fornecia produtos de consumo direto, a França fornecia produtos ideológicos que se materializavam nos autores lidos, nas idéias em curso numa Europa inserida numa realidade radicalmente distinta da nossa. Corbisier faz a interessante colocação de que nós não podíamos compreender nossa realidade, porque os instrumentos de que dispúnhamos para realizar essa operação não eram nossos, mas faziam parte da ideologia dos colonizadores.

Segundo San Thiago Dantas, “éramos consumidores de ideologias alheias, adotávamos os esquemas racionais, os artificios jurídicos, as tábuas de valores, com que os países culturalmente livres revestem, dignificam e universalizam os seus imperativos vitais”<sup>53</sup>.

<sup>52</sup> Gilberto Freyre. *Casa grande e senzala*. capítulo 1.

<sup>53</sup> San Thiago Dantas. Educação para o desenvolvimento. In *Alguns Problemas Brasileiros*.

Corbisier afirma que a tomada de consciência de um país por ele próprio não ocorre arbitrariamente, nem resulta do capricho de indivíduos ou de grupos isolados, mas é um fenômeno histórico que implica e assinala a ruptura do complexo colonial. Dentre os fatores que desencadeiam o advento dessa consciência, o autor destaca: as guerras; as crises resultantes de perturbações internas ou das repercussões das crises internacionais; a desagregação das instituições locais; as novas relações econômicas e culturais, e as das exigências do desenvolvimento. Segundo ele, dentre os resultados e sintomas desse processo de tomada de consciência, destaca-se:

- a) advento de uma intelligentsia nacional; aberta aos problemas do país e empenhada em sua solução, capaz de converter-se em órgão da consciência nacional;
- b) advento de uma consciência nacional popular, esclarecida em relação aos problemas de base do País;
- c) formação de um movimento operário, enquadrado em ideologias trabalhistas e nacionalistas;
- d) organização de um movimento de libertação nacional. (Corbisier, 1959; p. 44; grifos meus)

Vale assinalar que os pontos acima assinalados resultam de sintomas já em curso, podendo ser percebido como uma clara descrição do ISEB, seu papel na sociedade brasileira e sua função, em relação inclusive aos movimentos operários e ao movimento de libertação nacional. Não podemos imaginar tratar-se de processos isolados, sem conexão com os interesses dos diversos grupos sociais existentes; na sociedade brasileira, o apoio a esses processos relacionados a aquisição dessa consciência nacional, deveriam partir da burguesia industrial, do comércio ligado a essa burguesia, os setores esclarecidos da classe média e o proletariado industrial. É com o apoio dessas classes que postulam o desenvolvimento do País, que a *intelligentsia* brasileira poderá forjar a ideologia de libertação nacional.

O momento histórico em que essas transformações começam se dar no Brasil relacionam-se com o ano de 1922, mas efetivam-se a partir de 1930, com o encaminhamento em maior escala do processo de industrialização e a conseqüente criação do mercado interno. Paralelamente vivencia-se um trabalho de pesquisa e de conhecimento da realidade e dos problemas brasileiros, expressos em áreas como a arquitetura, a pintura, os romances e a poesia.

A despeito de as mudanças terem se iniciado, mas, em se tratando ainda de um país subdesenvolvido e semicolonial, Corbisier destaca algumas atitudes a serem assumidas diante do imperialismo que se apresenta:

- a) em relação à possibilidade de uma aceitação passiva ou ativa – em sendo passiva, dá-se o aceite do paternalismo imperialista;
- b) a aceitação ativa implica o propósito consciente e deliberado de servir aos interesses do imperialismo;
- c) a oposição passiva expressa-se pela resistência, pela recusa em consumir o produto estrangeiro etc.;
- d) e, finalmente, a oposição ativa que requer plena consciência do problema; no plano cultural, ela se expressa na ação da *intelligentsia* que se converte em órgão da consciência nacional; no plano político, na luta dos partidos ou movimentos de sentido nacionalista que representam os interesses do desenvolvimento nacional; e no plano econômico, na ação realizadora dos produtores, dos industriais, do proletariado industrial e da lavoura de base tecnológica.

Em se tratando de alternativas da cultura brasileira, a ênfase nos aspectos econômicos, sociais e políticos surgem na medida em que o problema nacional se constitui um só, de forma que a emancipação do País no plano cultural se articula com o plano econômico e vice-versa. Numa mensagem final da conferência, Corbisier confirma que a missão das novas gerações é compreender que o problema da cultura brasileira é um problema nosso.

Devemos descobrir o País, tomar consciência de sua realidade, de seus problemas e forjar a ideologia capaz de configurar o seu futuro, promovendo o seu desenvolvimento e a sua emancipação. Não temos outra coisa a fazer, senão inventar o nosso destino, construindo uma cultura que seja a expressão, a forma adequada do novo Brasil que devemos criar. (Corbisier, 1959; p. 50)

A segunda parte do livro é composta por um conjunto de seis conferências articuladas sob o título de “Formação e Problema da Cultura Brasileira”, pronunciadas no Auditório do Ministério da Educação e Cultura, na Cadeira de “Filosofia do Brasil” do Curso Regular de 1956, do ISEB. As seis conferências pronunciadas são:

- 01. A NAÇÃO COMO PROCESSO HISTÓRICO
- 02. SENTIDO DE NOSSA FORMAÇÃO
- 03. COLONIALISMO ECONÔMICO E COLONIALISMO CULTURAL

04. ERUDIÇÃO E TORPOR

05. ALIENAÇÃO E INAUTENTICIDADE

06. DESENVOLVIMENTO E AUTOCONSCIÊNCIA NACIONAL

## A nação como processo histórico

A primeira conferência – A NAÇÃO COMO PROCESSO HISTÓRICO – principia abordando o conceito de “cultura brasileira”, entendido não só os aspectos intelectual e artístico, religioso, literário ou científico, mas a totalidade das manifestações vitais que definem o povo brasileiro. Ao falar na formação da cultura brasileira, Corbisier refere-se a uma formação histórica do povo brasileiro, entendendo a história como a biografia da cultura humana, defendendo a compreensão do homem a partir de sua situação original, da sua presença na “circunstância” ou “mundo”; ou seja, entendendo que a compreensão do homem pressupõe sua historicização.

Na medida em que, defende que o mesmo critério vale para a compreensão de uma nação, ou de um povo, Corbisier constata a falta de consciência crítica (histórica) existente na maior parte da produção intelectual brasileira. Defende a idéia de que um país não é coisa alguma, mas está sendo, e o que está sendo, no momento presente, atual, só se pode compreender à luz do seu passado e do seu futuro. Segundo Bergson:

Toda a consciência é memória, conservação e acúmulo do passado no presente. Mas toda a consciência é antecipação do futuro (...) Reter o que já deixou de ser, antecipar o que ainda não é, eis a primeira função da consciência (...). O que percebemos, de fato, é certa espessura de duração que se compõe de duas partes: nosso passado imediato e nosso futuro iminente. Sobre esse passado estamos apoiados e sobre esse futuro estamos debruçados; apoiar-se e debruçar-se assim é o próprio de um ser consciente.<sup>54</sup> (grifo meu)

Diante dessa citação, podemos constatar que, para Corbisier, para sabermos o que é o Brasil de hoje, não é suficiente conhecer o passado. Apesar de a história do passado ser indispensável, faz-se necessário o conhecimento do que o Brasil pretende ser. O Brasil é uma “função”, um processo, uma totalidade em

<sup>54</sup> Henri Bergson, *L'Énergie Spirituelle*.

movimento, cuja estrutura dialética só pode ser compreendida e explicada em função da história. Importante é captar e compreender a afirmação que:

...do presente, não faz parte apenas o passado próximo ou remoto, mas o futuro, considerado a curto e a longo prazo. O que somos, ou melhor, o que estamos sendo, como nação, não é, apenas, uma resultante do que fomos, mas do que pretendemos e queremos ser. (Corbisier, 1959; p. 58)

### **Sentido de nossa formação**

Na palestra intitulada SENTIDO DE NOSSA FORMAÇÃO, Corbisier retoma o tema do sentido da política do Império Português, centrado na intenção predatória e o propósito exclusivo de exploração das riquezas. Nesse contexto, destaca-se um traço fisionômico significativo – a desproporção existente entre o litoral e o interior que se reflete nas dimensões da civilização, da cultura e na concentração do povoamento do país. Chama a atenção que até nossa rede de comunicação – estradas de ferro, estradas de rodagem etc. – foi construída em função dos interesses da metrópole, de maneira a colocar o país em contato com o exterior, ao invés da existência de um contato com ele mesmo.

Essa reflexão caminha no sentido de uma constatação de que o Brasil é um país interiormente vazio, oco; a elaboração de uma “fenomenologia” do homem brasileiro chegaria à conclusão de que o homem brasileiro é interiormente vazio – uma carência que surge a partir da situação de dependência, refletindo-se tanto na ausência da história quanto na ausência de destino.

### **Colonialismo econômico e colonialismo cultural**

Na palestra COLONIALISMO ECONÔMICO E COLONIALISMO CULTURAL, Corbisier desenvolve uma reflexão de cunho metodológico – a compreensão da situação colonial não se pode alcançar partindo da parte para o todo, nem tampouco adicionando ou justapondo as diversas partes que, por hipótese, o compõem. Prevalece a idéia da totalidade articulada à idéia de movimento ou de processo dialético.

Dentre os aspectos que compõem a totalidade da situação colonial, alguns se destacam – exemplificando, pode-se afirmar que a independência econômica é con-

dição necessária, embora não seja condição suficiente, da emancipação cultural. A definição de uma nação passa pelo seu território, sua língua, sua psicologia comum, somados a uma infra-estrutura própria e à coesão da sua economia.

Em se tratando do plano cultural, Corbisier afirma que o contexto colonial se caracteriza pela importação de idéias prontas e acabadas, que não conseguimos transformar e assimilar devido ao fato de nos faltar o órgão que permitiria essa transformação; algo que no plano do espírito seria o correlato da indústria. Exportação do não ser e importação do ser.

### **Erudição e torpor**

Corbisier tenta, em ERUDIÇÃO E TORPOR, compreender o problema da cultura brasileira refletindo a partir de categorias advindas da filosofia da existência – a relação do homem com a sua “circunstância” ou com o “mundo”. Ou seja, “o fato de nos acharmos imersos no contexto colonial, que é a nossa circunstância, o nosso mundo, nos afeta e qualifica na totalidade de nosso ser, configurando a nossa estrutura e condicionando o nosso modo de ser, (...) nosso comportamento” (Corbisier, 1959; p. 71).

Chamando a atenção para certos aspectos do colonialismo mais relacionados com a problemática do pensamento e da cultura, Corbisier critica a postura de alguns ensaístas brasileiros que simplesmente apontam nossa tendência à imitação, à cópia de outros modelos sem se preocupar com as razões dessas tendências. Os mais lúcidos verificam que a “cultura brasileira” está marcada pela alienação e pela falta de autenticidade. Segundo Corbisier, nossos ensaístas não compreendiam que, no complexo colonial, não há, não pode haver cultura, mas apenas essa forma alienada da cultura que é a erudição.

Denuncia que essa “forma específica de existência humana” que é a existência colonial não consiste na realização de um projeto próprio, mas na realização de um projeto alheio, marcado por uma ideologia que impõe a tese de sua superioridade racial e cultural. Dizia Corbisier sobre o intelectual brasileiro: “desvinculado da realidade do país, o intelectual brasileiro carecia de tarefa própria e podia fazer o que quisesse, porque tudo o que fazia era igualmente arbitrário e indiferente” (Corbisier, 1959; p. 75).

## Alienação e inautenticidade

Na palestra ALIENAÇÃO E INAUTENTICIDADE, Corbisier retoma o conceito de alienação, a essência do complexo colonial – a colônia se configura e existe em função do “outro”. Sua reflexão tem por objetivo explorar o impacto dessas questões no povo brasileiro e na realidade que o cerca; o complexo colonial o remete a Hegel e seus ensinamentos de que só nos reconhecemos por intermédio das “objetivações” do nosso espírito, de maneira que o homem se encontra e se “reconhece” nas suas obras as quais lhe devolvem, como os espelhos, a própria imagem. Ou seja, o homem se devolve a si mesmo e se reconhece pelo trabalho, sendo através do trabalho que ele transforma a natureza e imprime na matéria a forma que revela e exprime a sua subjetividade. Importante assinalar a existência de aportes marxistas, ficando sem explicação o porquê de essa referência não ser assumida.

Corbisier assinala, ainda, que o “ser” se revela nas obras que produz e no que realiza ao longo da sua existência, destacando, no entanto, tratar-se do trabalho livre, não do trabalho escravo. Na continuidade desse pensamento, o autor analisa a situação do intelectual no Brasil, apontando que os temas presentes no pensamento brasileiro não são suscitados por um projeto próprio e original. Explícita e existêcia do caráter livresco e palavroso da nossa cultura através de intelectuais imersos no contexto colonial, os quais imaginavam que a atividade intelectual consistia em ler, traduzir, comentar e citar os autores estrangeiros, em importar idéias e problemas alheios.

Ao abordar a questão da idéia – uma das atividades dos intelectuais, conceitua-a como o resultado de um processo endógeno de formação, um instrumento de mediação do real, mas que, em se tratando do caso brasileiro, eram consumidas prontas do jeito como estavam colocadas nas obras de pensadores estrangeiros.

Corbisier fazia uma crítica efetiva às várias dimensões da prática e do pensamento do intelectual brasileiro.

Perdido nos “outros”, sua cultura se reduzia à erudição, quer dizer, ao conhecimento livresco das culturas alheias. Seu conhecimento da ciência era comparável à posse de um instrumento do qual nunca fizesse uso, do qual não se soubesse utilizar. (...) O conhecimento livresco e erudito dessa ciência não lhe permitia ter uma visão, uma interpretação sociológica da sua circunstância, do seu próprio mundo. A ciência nada lhe revelava, permanecendo em sua consciência como um biombo que lhe vedava o descobrimento da realidade. A ciência era algo que se es-

gotava nas tarefas do ensino, algo que se ensinava aos alunos para que estes, depois de formados, a ensinassem a outros e assim, indefinidamente. Não se chegava jamais à aplicação prática das categorias e dos métodos da ciência, na interpretação e na solução dos nossos problemas. (Corbisier, 1959; p. 80-1; grifo meu).

Sua crítica alcançava os ideários educativos presentes nos Cursos Superiores – local de formação de mestres e pesquisadores –, apontando as origens dos problemas e as efetivas ineficiências existentes nos conteúdos e metodologias adotadas.

### **Desenvolvimento e autoconsciência nacional**

Na palestra DESENVOLVIMENTO E AUTOCONSCIÊNCIA NACIONAL, centrando-se na questão de como se dá a tomada de consciência, Corbisier reafirma tratar-se de um fenômeno que resulta das novas relações econômicas e culturais, das exigências do desenvolvimento que denunciam um obstáculo aos movimentos de emancipação.

Ao desenvolver essa implicação de reciprocidade que entende as criações culturais como dependentes dos processos econômicos, Corbisier assume não adotar nem a tese marxista nem a tese idealista e reafirma seu entendimento de compreender a sociedade como um fenômeno total, sem a existência de relações mecânicas entre suas dimensões; sua concepção se apóia numa “implicação dialética”, de tal sorte que as modificações que se operam em um provocam ou tendem a provocar transformações análogas no outro.

A idéia de implicação dialética nos permite compreender que a ação que os dois planos exercem um sobre o outro [fenômeno cultural, fenômeno econômico] não é unívoca, mas, ao contrário, plurívoca, variando no tempo e no espaço de acordo com a estrutura do complexo social. (Corbisier, 1959; p. 84)

Sobre a situação do complexo colonial, já foi dito que sua ruptura e sua superação só pode se dar mediante uma transformação qualitativa e global da sociedade colonizada. Trata-se de uma transformação das estruturas de base – substituição das importações, criação da indústria nacional e do mercado interno etc. – que resultam de comportamentos livres, racionalmente planejados e executados. Desse estágio inicial surgem transformações paralelas e simétricas no plano da educação e da cultura.

A industrialização do país requer a formação de técnicos capazes de projetá-la e dirigi-la. Requer, portanto, a transformação do aparelho pedagógico e a criação de escolas técnicas e profissionais, de institutos de pesquisa, cuja organização, cujos programas e métodos de ensino estejam adequados às novas exigências desse projeto de transformação. Exige ainda, além da formação de técnicos, de economistas, de engenheiros e médicos, de homens dotados de visão global e panorâmica dos problemas nacionais, em conjunto, o desenvolvimento do País. (...) A transformação do aparelho pedagógico e cultural reopera sobre as estruturas de base, acelerando e orientando o processo de desenvolvimento econômico. (...) Resultando de um projeto, ou da integração de inúmeros projetos conscientes e racionais, o desenvolvimento nacional requer, para que se possa realizar ordenada e não caoticamente, com o máximo aproveitamento dos recursos disponíveis, um planejamento global, cuja elaboração implica a formulação prévia de uma ideologia. (Corbisier, 1959; p. 86; grifos meus)

Ou seja, dialeticamente implicados, os fatores reais e ideais reoperam continuamente, uns sobre os outros – processo econômico exigindo o esforço de autoconsciência e este contribuindo para intensificar e dirigir o processo econômico.

A transição de fase, vivenciada nos anos de 1950, começa a possibilitar o surgimento das bases de um pensamento nacional autêntico. Corbisier assume, então, a função de estabelecer uma filosofia brasileira, que deverá nos libertar do complexo colonial, trazendo-nos a revelação de nossa própria entidade, de nosso ser como destino. Afirma que “não há movimento revolucionário sem teoria do movimento revolucionário, não haverá desenvolvimento sem a formulação prévia de uma ideologia do desenvolvimento nacional” (Corbisier, 1959; p. 87).

Falando como um representante da inteligência do país, Corbisier afirma que o problema e o desafio da cultura brasileira consistem na elaboração de uma ideologia que nos permita decifrar o Brasil; defende um pensar voltado para a resolução de um problema urgente de sobrevivência de um país que despertou e não mais pode prescindir de uma ideologia, na qual possa se encontrar e se reconhecer.

## 5.5 Isebianos da última fase

Segundo Toledo, os quase nove anos de existência do ISEB (1955-1964) podem ser analisados através de três momentos ou fases<sup>55</sup>. O momento inicial (1), que vai da sua criação até o período que o Instituto assume “oficiosamente” a concepção do ideário do governo de JK. Trata-se de um período marcado pela heterogeneidade de posições ideológicas, expressa tanto na composição global da instituição, envolvendo seu Conselho Consultivo e seu Conselho Curador, quanto no primeiro Ciclo de Conferências elaboradas em 1955. Essas conferências foram, posteriormente, publicadas sob o título de *Introdução aos problemas do Brasil*; nelas as ideologias nacionalistas - Guerreiro Ramos; Roland Corbisier; e Nelson Werneck Sodré – convivem com os defensores da via tecnocrática e críticos do movimento nacionalista, como Roberto Campos.

O segundo momento (2) se caracterizaria pela concentração hegemônica de esforços colocada na concepção e operacionalização da ideologia nacional-desenvolvimentista, vinculada ao governo JK, durante seus cinco anos de governo (1956-1960). Esse momento se inicia com a extinção do Conselho Consultivo que é substituído por uma Congregação composta pelos professores responsáveis pelos departamentos, cuja função era a de direcionar a política cultural iseiana, passando assim a influenciar decisivamente a orientação ideológica do instituto.

Também nesse período ocorre uma crise interna (1958) que, segundo Sodré, a despeito de apontar uma divergência ideológica legítima, escondia uma luta pessoal, vaidosa e destrutiva de Guerreiro Ramos em relação a Hélio Jaguaribe.

---

<sup>55</sup> Tal como o próprio autor assinala, temos consciência de que tal procedimento metodológico corre o risco de acentuar uma visão artificial do nosso objeto de estudo; não obstante, desde que se tenha clareza dos limites que essa abordagem propicia, ela nos permite destacar determinados momentos-chave da existência institucional e caracterizá-los de maneira mais efetiva em suas especificidades.

Da interpretação desse conceito [o desenvolvimento do Brasil] é que derivaria a crise interna que ocorreu no ISEB, ainda no governo Kubitschek e que se ligou à contradição, no ISEB, entre a corrente que pretendia o desenvolvimento à base de ingresso maciço de capitais estrangeiros e a corrente que o pretendia baseado em capitais nacionais. Adotado o Plano de Metas elaborado por Roberto Campos, que integrava o Conselho Deliberativo do ISEB, Kubitschek optara pelo caminho que a ditadura levaria, depois, às últimas conseqüências. Mas, internamente, no ISEB, muito ao contrário, prevaleceria a opção nacionalista, conjugando a questão nacional com a questão democrática. (Sodré, 1993; p. 31)

Sodré desenvolve uma análise dessa situação que não pode ser ignorada. Diante do embate Ramos e Jaguaribe, Sodré acaba se dando conta de que a acusação geralmente feita ao ISEB – de que o instituto não era uma entidade científica, mas uma entidade política – se legitimava. Ou seja, como justificar tal acusação diante de uma crise processada em nome da fidelidade a uma posição política? Sodré assinala que

a crise, pois, confirmava a acusação do inimigo, servia a seus propósitos. Serviu, aliás, e magnificamente, pois, daí por diante, “purificado” politicamente, o ISEB se debilitou e foi isolado, situando-se numa posição militantemente política e errônea por isso (...). A crise foi, pois, grande serviço prestado à reação e particularmente ao imperialismo. (Sodré, 1978; p. 39)

É de significativa importância perceber que Sodré, em sua fala, aponta o erro que se estabelece na instituição a partir dessa crise; ou seja, os isebianos, pelos motivos apontados na crise, acabam se submetendo à acusação de que o ISEB se constituiria uma entidade política e não científica. Essa, aparentemente, sutil acusação relacionada à natureza, política ou científica, das preocupações institucionais, parece, a partir da crise, não se restringir somente ao pensamento externo do instituto, sendo portanto o ponto central dessa reflexão – ser (ou ser percebida como) uma entidade política é muito diferente de ser (ou ser percebida como) uma entidade científica.

Se externamente, grupos contrários ao ISEB já apontavam, de maneira pejorativa, sua natureza política, com a crise, evidencia-se dentro da instituição, uma diminuição das preocupações científicas em detrimento do aumento das preocupações políticas. Como percebe Sodré, “o ISEB se debilitou e foi isolado, situando-se numa posição militantemente política e errônea”. As reflexões filosóficas que vinham sendo sistematizadas assumiram ares de uma militância

vinham sendo sistematizadas assumiram ares de uma militância política que se contrapunha aos aportes anteriormente trabalhados. Em artigo sobre a crise publicado em 27 de dezembro de 1958, Sodré conclui:

O trabalho intelectual – eu escrevia, então – pela sua própria essência, está impregnado de individualismo e dificulta a fusão de esforços, a comunidade nas tarefas, o caráter coletivo dos empreendimentos. Existe nele, particularmente em países novos, como o nosso, um fermento dissociativo que, à falta de outro nome, pode ser qualificado como “vetetismo”. (...) Porque, antes e tudo, o ISEB vai continuar a sua tarefa, com os que sabem ser esse o seu dever, e não outro – e novos problemas surgirão, para encontrar, cada um, a solução adequada, diante de condições concretas. Os que o julgam perdido para a causa nacionalista, transformado numa sucursal da Academia Brasileira de Letras, inclusive com as suas crises de vetetismo, cedo verificarão a insanidade de suas ilusões. E o próprio fato de se ter tornado alvo dessa investida mostra a importância que assumiu. O sarampo, no fim das contas, faz bem às crianças. (Sodré, 1978; p. 51-2)

Todavia, o próprio Sodré admite que, infelizmente, não havia sido apenas uma doença infantil; em 1960, Guerreiro Ramos e posteriormente Hélio Jaguaribe deixam o ISEB<sup>56</sup>, o que acaba conduzindo a uma tarefa preliminar de homogeneização do instituto, via reformulação de sua estrutura e composição. O Conselho Consultivo é extinto, o Conselho Curador passa ter apenas poderes administrativos e um novo órgão, a Congregação, passa a ser o órgão diretivo do instituto. Com essa nova estrutura, o ISEB começa uma nova fase, começa a enfrentar novas lutas.

O terceiro momento (3) do ISEB é aquele no qual a instituição apóia e acompanha o movimento político em favor das Reformas de Base: agrária, bancária, universitária etc. Segundo Toledo, a última publicação oficial do ISEB, *Introdução ao estudo das contradições sociais no Brasil*, de Wanderley Guilherme dos Santos, embora não defenda uma linha reformista nem as teses nacional-desenvolvimentistas, é representativa dessa fase final do instituto.

---

<sup>56</sup> Também deixam o ISEB, nesse contexto, elementos que acompanharam a crise de perto: Roberto Campos, Anísio Teixeira, Hélio Cabal e Ewaldo Correia Lima que deixa o Departamento de Economia. O Conselho Curador passou a ser constituído por Clóvis Salgado (Ministro da Educação), Dario Cavalcanti de Azambuja, Eurico da Costa Carvalho, Hermes de Lima, José Leite Lopes, Tancredo de Almeida Neves e Roland Corbisier (diretor do ISEB). Os departamentos passaram a ser ocupados por Álvaro Vieira Pinto (Filosofia); Cândido Antonio Mendes de Almeida (Política); Júlio Barbosa (Sociologia); Ezio Távora dos Santos (Economia); e Nelson Werneck Sodré (História).

Nos últimos anos de sua existência, dos isebianos de “primeira hora” permanecem apenas Álvaro Vieira Pinto e Nelson Werneck Sodré. A nosso ver, pode-se dizer que a orientação teórica e política da instituição passa para outras mãos. Muitos dos seus novos componentes são jovens professores e líderes do movimento estudantil. Serão eles os responsáveis pelas novas direções que assume o ISEB, as quais se traduzem numa crescente “esquerdização”, particularmente nos últimos meses do governo João Goulart. (...) Nesse sentido, pode-se afirmar que – embora não os tenha editado – o ISEB foi um dos principais promotores dos Cadernos do Povo Brasileiro, publicados pela Editora Civilização Brasileira. Vários dos autores daqueles cadernos pertenciam aos quadros isebianos. (...) Igualmente não se pode deixar de reconhecer que a “revisão crítica”- intitulada de História nova do Brasil – editada pelo MEC em princípios de 1964, foi, em certa medida, resultado das atividades de seus autores no interior do ISEB. (Toledo, 1997; p. 209-10)<sup>57</sup>

Tendo em vista que a análise da produção intelectual isebiana até então desenvolvida cobre os primórdios do instituto e a segunda fase de sua existência, meu interesse agora será o de abordar essa terceira fase, sempre com a preocupação voltada aos princípios que, de alguma maneira, tangenciam a questão do ideário educativo do ISEB. Para tanto parte da reflexão se apoiará nas duas publicações citadas por Toledo: *Cadernos do Povo Brasileiro* e *História Nova do Brasil*, somados a alguns registros representativos de outros isebianos dessa época.

Para dar início a uma análise desse momento isebiano, nada mais adequado do que a transcrição da aula inaugural do Curso Regular do ano de 1963, proferida pelo professor Osny Duarte Pereira, publicada na *Revista Brasileira*, possivelmente em maio deste mesmo ano. Intitulado, “O ISEB – o desenvolvimento e as reformas de base”, o texto encaminha questões, das quais algumas me interessaram diretamente: “Quem cursa o ISEB”; “Métodos de estudo”; “As investigações político-sócio-econômicas”; “O ISEB a partir de 1959”; “Etapa ulterior ao desenvolvimentismo”; “A publicidade comprada” etc.

Osny Duarte Pereira dá as boas vindas aos novos alunos e explicita o sentido de uma aula inaugural no ISEB, como sendo o início de participação em um grupo “unido pelo denominador comum do amor ao Brasil e do desejo de estudar

---

<sup>57</sup> Dos questionamentos a serem apontados da fala acima, tenho dúvidas se, mesmo em se tratando dos últimos anos, a orientação teórica e política da instituição tenha efetivamente passado para outras mãos, ou seja, as mãos das lideranças do movimento estudantil. Não tive acesso a nenhuma fonte que me confirmasse essa possibilidade.

fórmulas que possam conduzir a melhorar as condições de nosso povo” (Pereira, 1963; p. 23). Esclarece aos alunos em que consiste a opção de estudar numa instituição como o ISEB. Diz-lhes que devem reconhecer a

caducidade e a injustiça de velhas estruturas e desejais colaborar com aqueles que estudam a planificação de novas fórmulas institucionais, capazes de acompanhar o desenvolvimento técnico e científico da Humanidade, no sentido de proporcionar melhores condições de vida ao povo brasileiro. Sois adeptos do progresso, do aperfeiçoamento, da mudança, da transformação. Quereis colocar-vos na vanguarda dos pensadores e integrar o aguerrido exército de libertadores de nossa Pátria. (Pereira, 1963; p. 24)

Em relação aos métodos de estudo adotados no ISEB, Pereira descreve a maneira pela qual a instituição se coloca diante do saber e do conhecimento.

a História que aqui estudamos é a radiografia dos movimentos da sociedade brasileira na sua mais completa exposição, para que sirva como bússola, diante da qual se projetarão os rumos das lutas a desencadear. Assim também é a Filosofia. Não nos perdemos em divagações tortuosas (...). A Filosofia passa em revista o pensamento da Humanidade, mas simplesmente como preparação, para transmitir ao estudante o instrumental, com que encontre o caminho para o bem-estar social e individual. (...) Ainda norteados por esses mesmo princípios penetraremos na Sociologia, na Economia e na Ciência Política. Não nos prepararemos para ser meros espectadores dessas ciências e de seus resultados. (...) Penetraremos na Sociologia, na Economia e na Política como radiologistas. (Pereira, 1963; p. 25)

Vale destacar que as metáforas utilizadas, centradas numa radiografia (o raio X mostra com detalhes o que normalmente não se vê) confirmam os princípios e métodos fenomenológicos assumidos pela instituição. Ao analisar o sentido da existência do ISEB, o autor afirma que o instituto é fruto das contradições sociais que, apoiadas no subdesenvolvimento e na industrialização, marcaram a sociedade brasileira; enfrentar esse problemático contexto exige o uso de instrumentos de variado poder ofensivo e defensivo. Para o grupo isebiano, o mais seguro instrumento é uma ideologia e uma escola que a propague, formando doutrinadores que terão de captar o apoio do povo que é a maior e a mais segura força que se conhece.

Pereira, ao apontar que a solução encontrada para a superação das contradições foi “a conciliação com o imperialismo na medida do possível” e “a conciliação com a classe operária, também na medida do possível”, não só confirma e

esclarece o papel dos doutrinadores junto ao povo, como também nos possibilita entender seu comentário em relação à data de assinatura do ISEB.

A data escolhida para a assinatura do decreto – 14 de julho – é um sintoma expressivo do pensamento que ditou a criação do ISEB, pois também na Revolução Francesa nada se pretendia dar ao proletariado que deveria apenas ser veículo. (Pereira, 1963; p. 27)

Assim sendo, segundo Pereira, as aspirações de sobrevivência e fortalecimento da burguesia nacional eram conduzidas com marcante habilidade pelos intelectuais do ISEB, encarregados de realizá-las: “O ISEB mantinha-se inflexível na seriedade dos estudos e na tentativa honesta de encontrar o caminho certo, através de processos científicos” (Pereira, 1963). Segundo Pereira, esse caminho adotado pelo grupo isebiano, de seriedade e investimento nos processos científicos, acaba fazendo com que esses intelectuais defendam um caminho independente, diferente do da conciliação encaminhado pelo governo. Nesse sentido, os isebianos passam a defender a liberdade de cátedra, o que é percebido com alguma simpatia por parte da burguesia conciliadora, já que, dessa maneira, o Governo Federal perante o imperialismo, deixava de ser fiador e responsável pelas idéias e princípios que se generalizavam no instituto.

A nova relação que se estabelece entre o ISEB e o Governo é firmada no decreto nº 45.811 de 15 de abril de 1959; por esse decreto, o ISEB era e continua sendo um centro permanente de altos estudos sociais e políticos, diretamente subordinado ao Ministro da Educação, porém, “dotado de plena liberdade de pesquisa, de opinião e de cátedra”. É interessante assinalar a fala de Pereira ao afirmar que, com este estatuto, o ISEB culturalmente libertava-se do Governo e o Governo libertava-se do ISEB, “conservando-se como um centro oficial de estudos, em que a independência científica aumentava a autoridade do estabelecimento”. Vale lembrar que, coincidentemente, 1959 também é o momento marcado pela crise que resulta na saída de Hélio Jaguaribe e Guerreiro Ramos, e que acaba resultando numa valorização das preocupações políticas em detrimento das preocupações científicas.

A despeito da mudança, Pereira segue apontando que “parlamentares, Ministros de Estado, organismos técnicos do Governo, professores e estudantes recorrem com frequência, cada vez maior, aos serviços do ISEB”. E conclui esta questão afirmando que o “desenvolvimento”, como ideologia burguesa da época e

do pensamento que gerou o ISEB, foi refutado inteiramente no próprio ISEB, em menos de quatro anos da data em que fora instituído” (Pereira, 1963; p. 29).

Diante do que foi colocado, podemos declarar que, a partir de 1959, ao se tornar independente dos princípios assumidos pelo Governo, o ISEB passa a desempenhar um outro papel político no contexto dos anos de 1950, assumindo o desenvolvimento de uma reflexão crítica das políticas implementadas. Dentre os impactos dessa mudança, destacam-se os princípios e as práticas educativas a serem aprofundadas na análise do Relatório do ISEB, no próximo capítulo.

A postura crítica que o grupo isebiano passa a desenvolver em relação ao Governo aparece com força no próprio texto de Pereira, quando assinala que o “desenvolvimento” (o projeto nacional-desenvolvimentista) apenas tornaria mais ricas as classes dominantes e mais pobres as classes oprimidas, passando então a denunciar uma série de procedimentos que confirmam o equívoco desse projeto. Ao finalizar seu texto, aponta as reformas de base como as possibilidades revolucionárias de transformação das estruturas; “esta revolução, entre nós, denomina-se – reformas de base. Toda revolução, pacífica ou violenta, tem de importar em reforma de base, ou não será revolução. (...) Realmente seu “Plano Trienal”[do Presidente da República] será uma farsa e um insulto à miséria, se o latifúndio e o imperialismo permanecerem intocáveis” (Pereira, 1963; p. 40).

Em sua última colocação, Pereira afirma que o exame analítico e a maneira pela qual as reformas de base serão atingidas será o objetivo a ser empreendido ao longo deste ano letivo que se inicia.

## 5.6 O projeto da “História Nova do Brasil” e outras abordagens

*História Nova do Brasil* é o título de uma coleção de monografias elaborada, nos anos de 1960, no ISEB, por jovens professores de história juntamente como o Professor Nelson Werneck Sodré; seus auxiliares eram Pedro Celso Uchoa Cavalcanti Neto, Pedro de Alcântara Figueira, Maurício Martins de Mello, Rubem César Fernandes e Joel Rufino dos Santos. Compreender seu sentido e o significado da História Nova do Brasil, exige o entendimento do contexto no qual essa produção intelectual é concebida; e ninguém melhor do que os próprios auto-

res (através de seus depoimentos) para que possamos ter acesso a esse momento da realidade brasileira<sup>58</sup>.

Joel Rufino dos Santos tem uma fala que considere emblemática; ele diz que, nos anos de 1960, assim como havia o cinema novo e a bossa nova, eles, um grupo de cinco jovens professores de História, oriundos da FNFi (Faculdade Nacional de Filosofia) imaginaram, em plena praia do Leblon, fazer a mesma coisa em relação à história do Brasil – a História Nova do Brasil. Dentre as condições favoráveis ao empreendimento, explica Sodré, colocava-se a encomenda da CAPES<sup>59</sup>,

órgão de cúpula do MEC que encomenda ao Departamento de História do ISEB a elaboração de textos alternativos para uso do ensino dessa disciplina. Esses textos, a serem distribuídos pela CAPES aos professores de História no nível superior, não eram de uso obrigatório. Visavam proporcionar aos professores uma visão diferente daquela apresentada nos compêndios ditos oficiais ou adotados. (...) Como sabem os que o sofreram, o ensino oficial, ministrado em tais compêndios, era uma calamidade que originava o horror à história, reduzida a uma tediosa repetição anedótica ou a um arrolamento insano de datas. (Sodré, 1993; p. 32)

Não fica claro de que maneira foi encaminhado o convite de elaboração da História Nova, pois, segundo Cavalcanti Neto, esse convite veio da parte de Roberto Pontual<sup>60</sup>, estagiário do ISEB que assume a direção do CASES (Campanha de Assistência ao Estudante)/MEC, e César Guimarães, seu assessor naquele órgão. Assinala-se que a “Apresentação” original da obra é assinada pelo CASES, na figura de seu diretor – Roberto Pontual. A obra original total prevista se estruturava ao longo de seis volumes, dos quais somente quatro foram efetivamente publicados, num total de dez diferentes títulos monográficos.

<sup>58</sup> Os depoimentos dos autores da *História Nova do Brasil* foram identificados numa edição comemorativa de 30 anos da coleção (1963-1993) publicada nos anos 90 – SANTOS, Joel Rufino; MELLO, Maurício Martins de; SODRÉ, Nelson Werneck; CAVALCANTI NETO, Pedro Celso Uchoa; FERNANDES, Rubem César. *Historia Nova do Brasil* (1963-1993). São Paulo: Ed. Loyola; Ed. Giordano Ltda.

<sup>59</sup> Vale assinalar que a CAPES, nesse momento, é dirigida por Anísio Teixeira, participante do Conselho Consultivo do ISEB até o ano da crise – 1959, quando se retira juntamente com Hélio Jaguaribe.

<sup>60</sup> Segundo Sodré, tendo sido estagiário do ISEB, Roberto Pontual acaba levando da vivência isebiana a idéia de algumas realizações: “Entre elas a publicação de monografias que permitissem a renovação dos estudos de História no nível médio. Tratava-se (...) de proporcionar aos professores de ensino médio (...) textos capazes de, textos que lhes permitissem fugir à rotina dos compêndios didáticos adotados...” (Sodré, 1993; p. 74).

Segundo Sodré, nos anos de 1960, momento em que a História Nova começou a ser elaborada, vivia-se um período de liberdade, uma época de excepcionais condições de controvérsia, de polêmica, de discussão sobre todos os temas. Tudo era posto em questão, tudo era objeto de controvérsia, tudo era submetido à dúvida e à contradição. Em 1963, esse clima de “agitação” se caracterizava pelo embate entre “uma apaixonada arrancada para a mudança e uma irredutível e furiosa reação, que fincava pé no atraso estabelecido como regra e norma, articulando o que havia de mais retrógrado no Brasil e fora do Brasil” (Sodré, 1993; p. 30).

No depoimento de Santos, as determinações da História Nova se relacionam com o governo Goulart, com o clima marcado pelas Reformas de Base. Segundo Santos, a História Nova era a reforma de base no campo do ensino da História.

Dentre as análises de conteúdo da obra, Santos conta que no Conselho Federal de Educação, às vésperas do golpe de 1964, o professor Anísio Teixeira concluiu o seu parecer sobre a História Nova nestes termos: “É, sem dúvida, tendenciosa, mas bastante inteligente.” Segundo Santos, tempos depois Anísio lhe explicou que a tal tendenciosidade estava num materialismo histórico apressado. Analisando esse materialismo histórico, Santos afirma que o marxismo fez um bem e um mal à História do Brasil – o lado bom foi a História Nova ter tirado a disciplina do impressionismo em que se encontrava. O advento de uma história balizada pelos modos de produção e suas revoluções resgatavam fundamentalmente a utopia. E, o lado mal do materialismo foi o seu dogmatismo intrínseco que se converteu posteriormente numa tirania pedagógica.

Na Apresentação da obra, assinada por Roberto Pontual, diretor da CAMES, a mensagem evidencia que o objetivo da publicação é contribuir para o desenvolvimento coerente e acelerado do processo histórico brasileiro, uma “tentativa impostergável de reformular, na essência e nos métodos, o estudo e o ensino de nossa história” (Pontual apud *História Nova*, 1993; p. 115).

Já, na Introdução Geral, os autores explicitam a estrutura da obra: a visão de história sobre a qual trabalharam, as metodologias adotadas etc. Afirmam não existir nenhum esforço de originalidade historiográfica, ou seja, o que muda nessa nova proposta de história do Brasil é a apresentação dada às questões que marcaram nossa história; e, a esse respeito, criticam os livros didáticos da área por, fundamentalmente, impedir a visão de ações históricas decisivas do povo brasileiro. Dentre as correções que a obra pretende apontar, ao autores registram:

- 1) primeiro, o alargamento do campo de estudo da nossa História, no sentido de serem feitas abordagens que levem em conta a sociedade, a economia e a cultura; e paralelamente o alargamento no sentido de inserção da História do Brasil no quadro da História moderna e contemporânea;
- 2) e, em segundo lugar, a extensão da compreensão da História até o momento presente, no sentido de que a função social da história está nessa possibilidade de explicação do momento presente. Trata-se da continuidade histórica, ou seja, o que vem depois se explica pelo que vem antes e vice-versa.

Como podemos constatar a História Nova do Brasil não pode ser ignorada sob pena de se contribuir para o intencional apagamento do conjunto de experiências pedagógicas progressistas, geralmente contestadas em suas épocas, e posteriormente não divulgadas, devido a questões de natureza política, bem distantes de avaliações de âmbito didático ou científico.

Em relação à publicação *Cadernos do Povo Brasileiro* será feito um breve comentário já que não se tratava de uma publicação do ISEB; tratava-se de uma coleção editada pela Editora Civilização Brasileira, voltada para temas daquele momento da realidade brasileira. O que desperta alguma curiosidade é o fato de grande parte de seus autores terem tido uma relação direta e/ou indireta com o ISEB; ou seja, alguns eram professores do instituto, outros estagiários.

A publicação era composta por livrinhos pequenos, de fácil manuseio e não muito extensos. Na última página, havia o seguinte texto: “Os grandes problemas de nosso País são estudados nesta série com clareza e sem qualquer sectarismo; seu objetivo principal é o de informar. Somente quando bem informado é que o povo consegue emancipar-se” (CPB, 1962). Na quarta capa da publicação, encontra-se a relação dos números já lançados e, em baixo, as expressões: “LEIA-OS / COMENTE-OS / DIVULGUE-OS”.

## 5.7

### **Delineamento de um ideário – confirmando referências teóricas e princípios norteadores**

Diante da pluralidade das colocações expressas na produção intelectual desses isebianos, faz-se necessário uma seleção das principais referências teóricas e princípios norteadores que, direta e/ou indiretamente, me ajudaram a delinear o ideário educativo do ISEB. Ou seja, diante do conjunto de aportes apresentados, é de fácil constatação que a dimensão educativa e pedagógica adotada internamente pelo grupo isebiano, não tenha se constituído uma reflexão valorizada e sistematizada no Instituto; por outro lado e a despeito da não materialidade dessa sistematização, também é de fácil constatação a concreta existência do que tenho chamado “um ideário educativo do ISEB”, cuja concepção e características tem sido apreendidas através da análise sobre os diferentes tipos de produção isebiana (palestras, falas, relatórios, livros publicados, etc.).

Significativamente, em todas as produções analisadas foi possível identificar aspectos que se inserem na composição do ideário educativo, variando o número maior ou menor de aspectos identificados nos diferentes autores. Vale comentar que a identificação dessas aspectos não se dá de maneira direta, até porque, como já foi assinalado, não existe uma preocupação do grupo isebiano com uma reflexão específica e sistemática sobre a dimensão educativa. Assim sendo, a identificação desses aspectos começam pela percepção de temas e reflexões, que de alguma maneira, apontem no sentido de uma articulação com o papel e o espaço da educação (seja no âmbito da dimensão teórica ou da dimensão prática).

É importante assinalar que embora alguns desses aspectos sejam comuns a todas produções analisadas, eles acabam sempre se expressando a partir de diferentes apropriações; exemplo disso é a presença do existencialismo e do culturalismo, duas matrizes filosóficas muito em voga na Europa do pós-guerra, nos anos de 45 em diante, que serão sucintamente descritos a seguir. Na análise das produções isebianas, cada autor faz um tipo de apropriação das correntes, existencialista e culturalista, geralmente relacionada à sua área de atuação – em se tratando de Guerreiro Ramos, o existencialismo é apropriado a partir de uma dimensão sociológica; assim como em se tratando de Jaguaribe, o existencialismo se expressa através de uma abordagem política, etc.

No Dicionário Crítico da Sociologia, organizado por Boudon e Bourri-caud, o existencialismo começa a ser explicitado como sendo um “pensar existencial”, através do qual o homem concreto (de carne e osso) se inclui a si próprio no pensar ao invés de refletir, ou pretender refletir, objetivamente a realidade. O homem não é pois nenhuma substância suscetível de ser determinada objetivamente. Seu ser é um construir-se a si próprio.

Diante das dificuldades de se definir o existencialismo os autores desse dicionário optaram por apontar certos temas característicos do pensamento existencialista: a subjetividade, a finitude, a contingência, a autenticidade, a liberdade necessária, o ser alheio, a situação, a decisão, a eleição, o compromisso, a antecipação de si próprio, a solidão existencial, o estar no mundo, o estar destinado a morte, o se fazer a si próprio (grifos meus).. Vale assinalar que as expressões grifadas e/ou suas significações aparecem constantemente nas produções isebianas e conseqüentemente na composição do ideário educativo a ser sistematizado.

Complementando, no âmbito de uma interpretação marxista, o existencialismo é visto como a filosofia da burguesia em seu estado de degeneração e decomposição; por pensadores tradicionalistas, como uma das mais perigosas manifestações do ateísmo moderno; pelos pensadores racionalistas como uma explosão anti-racionalista, hostil à ciência e a toda sã razão humana; por pensadores individualistas como uma reação saudável da pessoa contra as ameaças da escravidão surgidas pelos totalitarismos. Em todos os casos, a interpretação faz referência mais à função que o existencialismo tem, ou se pretende que tenha, dentro da sociedade contemporânea, que aos próprios conteúdos da tal filosofia.

Ortega y Gasset, pensador existencialista muito trabalhado nas reflexões isebianas, desenvolvia um existencialismo do tipo vitalista, afirmando que o conhecimento mesmo sendo racional está enraizado na vida; desconfiava da redução da razão à razão física (positivista) e abstrata e afirmava que toda a razão é uma razão vital o que nos permite entender a constante presença da dimensão histórica na compreensão da especificidade dos problemas brasileiros desenvolvida pelo ISEB. No entendimento de Ortega a filosofia não é um pensamento sobre a vida mas “um partir do fato de que toda a razão é vivene”. Em suma “razão vital” pode traduzir-se por “vida como razão”.

Tal como o existencialismo, o culturalismo deve ser percebido como um paradigma, ou seja, como um quadro de pensamento a partir do qual se desenvol-

vem teorias e pesquisas fecundas e como uma “visão de mundo” (Weltanschauung), ou seja, como uma representação ideológica das sociedades. Dentre as proposições que caracterizam o pensamento culturalista, destacam-se:

- 1) a estrutura da personalidade é estreitamente dependente da cultura característica de uma sociedade particular, entendendo por cultura o sistema de valores fundamentais da sociedade;
- 2) cada sociedade tende a constituir uma totalidade cultural original;
- 3) o sistema de valores das sociedades tendem a ser caracterizados pelos valores dominantes ou modais (o que não exclui a existência de valores desviantes e de valores variáveis);
- 4) a cultura de uma sociedade tende a se organizar num conjunto de elementos coerentes e complementários entre eles: “A segunda ambição da antropologia, escreveu Levi-Strauss (...) é a totalidade. Ela estabelece na vida social, um sistema através do qual todos os aspectos são organicamente relacionados”;
- 5) o homem vive num universo simbólico criado por ele. Toda realidade é para ele simbólica. Os julgamentos, avaliações e percepções são todas relativas ao sistema cultural ao qual ele pertence. (...) toda “realidade” é percebida através de um sistema cultural, a cultura é a medida de todas as coisas.

Após essas resumidas abordagens das filosofias existencialista e culturalista, iremos nos debruçar nas leituras analíticas desenvolvidas neste capítulo 4, destacando alguns dos aspectos que caracterizam o ideário educativo isebiano.

Recuperando o universo analisado neste capítulo, temos:

- Álvaro Vieira Pinto / “Ideologia e Desenvolvimento Nacional”, 1956
- Guerreiro Ramos / “A Redução Sociológica”, 1958
- Hélio Jaguaribe / “Condições Institucionais do Desenvolvimento”, 1958
- Roland Corbisier / “Formação e Problema da Cultura Brasileira”, 1959
- Os isebianos da última fase, pós 1959
- O projeto da “História Nova do Brasil”, 1963

Tal como os demais isebianos, também Álvaro Vieira Pinto enfatizava a centralidade das questões e problemáticas brasileiras, a meu ver um aspecto indiscutível do ideário educativo; o país, a nação, o Brasil é o objeto de estudo por excelência do ISEB. Em relação ao país, sua colocação inicial se remete à ausência da filosofia no nosso passado intelectual, uma ausência que nos impediu de olhar

para nós mesmos e incapacitou o Brasil de perceber o desenvolvimento que, naquele contexto, começava a se disponibilizar .

O autor defende o alargamento quantitativo da área da “cultura” – um conceito definido por outro isebiano - Corbisier - como sendo sinônimo de educação, de formação. Esse alargamento da área cultural resultaria num movimento qualitativo de transformação de consciências, reflexão que motiva o autor à elaborar um estudo fenomenológico envolvendo essa transformação, suas implicações e conseqüências. Para o autor, uma consciência sensitiva pode se transformar numa consciência representativa, ou seja, o instinto pode se transformar em compreensão – um processo diretamente relacionado com o papel das “idéias”. Segue então apontando a correspondência entre os processos objetivos e a dimensão ideológica com suas teorias – entendidas como idéias capazes de desencadear forças que nos permitem compreender a realidade nacional ou conceber um projeto de modificá-la. Nesse encaminhamento, Vieira Pinto descrevia o processo através do qual emerge esse conjunto de idéias denominadas “ideologia do desenvolvimento nacional” - um projeto que é uma idéia pensada a partir das representações do momento presente.

Ao definir desenvolvimento nacional como sendo um processo apoiado numa natureza dinâmica e orgânica, identifico que Vieira Pinto pensa numa organicidade a ser construída (a ser construída ideologicamente, já que, segundo o autor, não tínhamos noção de nós mesmos). O conceito de desenvolvimento é entendido como processo, que por sua vez, é entendido como uma síntese de aspectos conjugados – finalidade, unidade, especificidade e a idéia de diretriz. O que está em jogo é transformar a sociedade, fazendo com que aquilo que em cada consciência privada é uma idéia, seja socialmente transformada em uma ideologia, com uma finalidade, uma unidade, uma especificidade própria e uma diretriz, unindo todos em torno de um mesmo ideal.

Nesse sentido, todas as teses encaminhadas pelo autor sobre o desenvolvimento nacional acaba sugerindo a presença de uma concepção e de uma prática educativa:

- 1) “sem ideologia do desenvolvimento não há desenvolvimento nacional” – se a realidade só existe via uma interpretação significativa, sua significação (que nunca será neutra, sendo portanto ideológica) passa a ter uma interferência direta no encaminhamento do processo em curso; soma-se a is-

so o fato de que uma interpretação significativa da realidade resultar de estímulos, inclusive estímulos educativos para se desenvolver;

- 2) “a ideologia do desenvolvimento tem necessariamente de ser fenômeno de massa” – algo que se apóia numa determinada propagação ideológica, onde mais uma vez se insere o papel e o espaço educativo, enquanto instrumento de difusão dessa ideologia;
- 3) “o processo de desenvolvimento é função da consciência das massas” – se uma idéia se dá no âmbito de uma consciência, uma ideologia é um acontecimento social, que envolve o conjunto da sociedade. Nesse sentido, o processo de desenvolvimento, dinâmico e orgânico, é a expressão da consciência popular; no alcance dessa organicidade existe espaço de natureza educativa;
- 4) “a ideologia do desenvolvimento tem que proceder da consciência das massas” – para tanto faz-se necessário uma intelligentsia – arautos da verdade, que irá conduzir o “aprendizado” das massas. O autor defende a existência de um quadro de intelectuais capazes de pensarem e elaborarem um projeto de desenvolvimento que não seja feito à distância, mas substancialmente com as massas. Eis o espaço de atuação educativa e política do ISEB.

Mas para se chegar ao projeto de desenvolvimento defendido por toda a sociedade faz-se necessário o entendimento da realidade brasileira pelas massas, realizado no particular por diferentes disciplinas, mas orientado por uma interpretação de ordem filosófica. Evidencia-se assim que o espaço e o papel da educação no ISEB problematizam o estatuto do conhecimento das ciências sociais e humanas; a defesa de uma interpretação de ordem filosófica permite o rompimento com o conhecimento apreendido externamente, implica a defesa de uma inquietação estrutural e orgânica, a busca de um entendimento que leve em conta a especificidade da realidade que se apresenta. Levar isso às massas é transformar o homem, fazendo com que ele passe a ter uma consciência da sua evolução histórica; um fenômeno cunhado por Vieira Pinto como “noção social de educação”.

Ao tecer comentários sobre a educação, Vieira Pinto defende o surgimento de uma teoria da educação, apoiada numa nova mentalidade pedagógica, cuja tarefa inicial será a de definir que tipo de homem se deseja formar para promover o desenvolvimento do país. O autor se refere a essa teoria da educação como sendo

um setor da ideologia do desenvolvimento, entendendo a educação como sendo um aspecto capital da teoria do desenvolvimento e o elemento-chave na difusão dessa ideologia.

Em se tratando dos pontos a serem destacados na produção de Guerreiro Ramos, sua evidente contribuição ao ideário educativo isebiano refere-se ao conceito de redução sociológica, definido como um método fenomenológico que se apóia no fato de toda cultura nacional possuir e portanto expressar uma perspectiva particular, uma especificidade própria. Articulada a essa preocupação com o específico, desenvolve-se uma consciência crítica e a constituição de uma ciência nacional, no caso brasileira, preocupada em conceber idéias a partir de nossas particularidades e voltadas à elas. Mas para que essas transformações possam se materializar faz-se necessário uma mudança de mentalidade ou o que o autor denomina de “novas condutas significativas”. Ao explicitar que o povo brasileiro deve se esforçar para apropriar-se de sua circunstância, Guerreiro Ramos assume o referencial existencialista e culturalista; trata-se de uma apropriação centrada numa efetiva compreensão histórica – um aspecto de destaque no ideário educativo do ISEB.

O autor defende a idéia de que deve existir um modo de ser novo no Brasil; um modo de ser histórico, diretamente relacionado com o desenvolvimento de uma consciência crítica, o que nos remete a um espaço educativo. Concomitante a isso, também identifica os fenômenos que articuladamente, naquele momento, estão interferindo na realidade brasileira – a industrialização, a urbanização, o novo consumo popular, que também interferem diretamente nesse processo de transformação. Nesse conjunto de transformações, o autor aponta as alterações existentes na conduta metodológica dos intelectuais – o surgimento de novos métodos de pensar os habilitando a participar do novo sentido da história e do desenvolvimento do país.

Exemplo disso é o seu conceito de “redução sociológica”, algo novo no âmbito da construção do conhecimento, definindo-se como um procedimento metódico que procura tornar sistemática a assimilação crítica – uma proposta nova no âmbito das dimensões metodológicas praticadas no âmbito do pensamento intelectual brasileiro.

Finalizando as mais significativas contribuições de Guerreiro Ramos em relação ao ideário educativo isebiano, surge a colocação de que a redução sociológica se constitui um método que viabiliza a construção do conhecimento através das ciências sociais, pressupondo o engajamento político compromissado com de-

terminada realidade. Essa questão é de vital importância para o entendimento de uma instituição como o ISEB que articula as possibilidades de entendimento da realidade e construção do conhecimento científico com um compromisso político. Guerreiro Ramos conclui defendendo uma sociologia brasileira, concebida através de uma epistemologia específica, pensada por pensadores brasileiros, centrada em problemáticas nossas, resultando em soluções específicas para a nossa realidade. Ou seja, uma proposta que envolve um amplo conjunto de novos corolários educativos, presentes em distintas dimensões desse novo processo.

Hélio Jaguaribe desenvolve uma produção centrada numa análise de cunho mais político, o que o leva a explorar o significado e o sentido de uma teoria da ideologia, segundo ele uma crítica não ideologizada da ideologia. Após detalhada análise dos encaminhamentos históricos brasileiros, Jaguaribe nos fala da existência de uma política ideológica, que ao estar centrada nos interesses de determinado grupo social, estabelece uma clara relação clientelista. Defende que sua superação só pode ser alcançada a partir da propaganda ideológica e da organização dos grupos mais interessados na funcionalização do Estado na promoção do desenvolvimento. Ou seja, defende uma “organização e educação ideológica” que tenha a capacidade de suscitar a adesão das grandes massas e a alteração da situação política brasileira; trata-se de se conquistar bases efetivas para que o governo disponha de condições de apoio. Ao fornecer condições de apoio ao governo, a educação desempenha um claro papel estratégico no âmbito das práticas políticas.

O autor afirma que a ideologia é uma crença adjetiva da sociedade e traduz o conceito de ideologia como sendo uma racionalização de expectativas voltadas à organização da sociedade – portando para Jaguaribe o espaço e o papel da educação se inserem na reflexão relacionada com o conceito de ideologia e suas implicações teóricas.

Já a produção intelectual de Roland Corbisier se caracteriza por uma forte influência filosófica, se concentrando no conceito de cultura, por ele definido tanto como sinônimo de ciências humanas e sociais quanto sinônimo de educação e formação. Afirma que as dificuldades existentes no âmbito das ciências sociais se devem ao fato de terem se distanciado de uma filosofia da concreta da existência – as ciências da cultura precisam estar constantemente em contato direto com as realidades significativas na medida em que trabalham com a descoberta e a interpretação dessas realidades. Mesmo ao trabalharem com um repertório de categori-

as concebidas a priori, as ciências sociais não podem ignorar as dimensões empíricas ou as experiências imediatas. Evidencia-se assim mais uma vez, nos isebianos, uma reflexão preocupada com o estatuto do conhecimento científico.

Ainda sobre a definição de cultura, o autor defende que o indivíduo culto, cultivado, é o indivíduo modelado, configurado pelo processo cultural e histórico. Após analisar o encaminhamento histórico da realidade brasileira, Corbisier trabalha o conceito de “tomada de consciência”, fenômeno histórico que marca a ruptura com o complexo colonial (o que inclui o desenvolvimento do pensamento intelectual de uma nação). Importantes por se relacionarem com os aspectos do ideário educativo isebiano são os fenômenos que resultam dessa tomada de consciência: 1) o advento de uma “intelligentsia” nacional, capaz de converter-se em órgão da consciência nacional; 2) o advento de uma consciência nacional popular; 3) a formação de um movimento operário inserido em ideologias trabalhistas e nacionalistas; 4) organização de um movimento de libertação nacional. Em todos os fenômenos assinalados podemos apontar o espaço e o papel da educação.

Entender a intelligentsia como órgão da consciência nacional pressupõe o entendimento do conceito de consciência – memória, conservação e acúmulo do passado no presente, sem esquecer que toda consciência é antecipação do futuro, num movimento que retém o que já deixou de ser, mas que antecipa o que ainda não é. Ou seja, o entendimento da atual realidade brasileira não se restringe ao conhecimento histórico do passado mas à articulação desse conhecimento histórico com o necessário conhecimento do que o Brasil pretende ser no futuro.

Vale assinalar que a compreensão de Corbisier em relação ao problema da cultura brasileira se apóia em categorias advindas da filosofia existencialista – a relação do homem com a sua “circunstância” ou com o mundo, o entendimento da circunstância vivida que se apóia numa dimensão histórica e portanto crítica, etc. O ser é a revelação resultante das obras que produz e do que realiza ao longo da sua existência; mas nem sempre a produção resultante é suscitada por um projeto próprio e original.

Se por um lado, Guerreiro Ramos apresenta sua redução sociológica, Corbisier defende uma redução filosófica do pensamento brasileiro, voltada à identificação e resgate das reais necessidades da sociedade brasileira. Fica evidente que ao criticar o pensamento intelectual brasileiro também está criticando o conjunto de uma mentalidade epistemológica e educativa – uma cultura que se reduzia à erudição; ao conhe-

cimento livresco das culturas alheias; que impossibilitava uma interpretação sociológica da sua circunstância, das especificidades de seu próprio mundo.

Ao defender o desenvolvimento nacional enquanto resultado de um projeto da nação, apontava a necessidade de um planejamento global, cuja elaboração implicaria na formulação prévia de uma ideologia. O problema e o desafio da cultura brasileira é elaborar uma ideologia que nos permita decifrar o Brasil; uma ideologia na qual o país possa se encontrar e se reconhecer.

Em se tratando da última fase do ISEB, período posterior à crise de 1958, as mudanças mais significativas se dão no âmbito do direcionamento político da instituição que passa a se assumir como uma entidade política em detrimento de se assumir como uma entidade científica, como anteriormente. Mas o impacto dessa transformação não alterou significativamente o ideário educativo até então adotado: ênfase e valorização do entendimento histórico; uso da filosofia enquanto instrumental básico da busca de um caminho; confirmação dos princípios e métodos fenomenológicos; além dos aportes da sociologia, da economia, e das ciências sociais. O que determina fundamentalmente as mudanças que se colocaram foi o fato do grupo isebiano da 3ª. fase ter refutado a ideologia do desenvolvimento alegando que esta se constituía numa ideologia burguesa a ser criticada; as estratégias educativas que davam suporte ao processo de difusão da ideologia nacional acabam sendo assimiladas por práticas de militância política centradas fundamentalmente nas discussões relacionadas à reformas de base.

Finalizando, a valorização do entendimento histórico acaba influenciando uma iniciativa pedagógica inédita – a História Nova do Brasil; uma experiência pedagógica que visava contribuir para a reformulação do estudo e do ensino da nossa história, processo pelo qual, certamente, os próprios isebianos haviam passado.